Revelando o elo perdido para a Justiça Climática:

POLÍTICA DE DROGAS

DRUG POLICY REFORM & ENVIRONMENTAL JUSTICE
INTERNATIONAL COALITION

© Javie Huxley

ÍNDICE

INTRODUÇÃO:

Chegou a hora de abordar o elo perdido da justiça climática: a política de drogas 1

SEÇÃO 1:

Três principais maneiras como a proibição das drogas prejudica o meio ambiente 5

1. Leva a produção e o tráfico de drogas para importantes fronteiras ambientais 6
2. Lucros das drogas financiam atividades prejudiciais ao meio ambiente 11
3. Desestabiliza sociedades e obstrui esforços de mitigação das mudanças climáticas 18

SEÇÃO 2:

Por que o movimento ambientalista está deixando de agir (ou mesmo reconhecer) o problema? 34

SEÇÃO 3:

As oportunidades (e ameaças) das reformas à política de drogas 42

SEÇÃO 4:

Abraçando a reforma da política de drogas como um caminho para a justiça climática 48

RECURSOS:

Uma introdução à uma reforma da política de drogas que apóia os direitos humanos, a saúde pública, o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental 52

É HORA DE ABORDAR O ELO PERDIDO NA JUSTIÇA CLIMÁTICA: A POLÍTICA DE DROGAS

"As florestas estão desaparecendo em um ritmo extraordinário e persistente. Em 2022, o mundo perdeu 4,1 milhões de hectares de florestas tropicais primárias – áreas de importância fundamental para a subsistência, o armazenamento de carbono e a biodiversidade – o equivalente a uma taxa de 11 campos de futebol por minuto."[1]

Instituto de Recursos Mundiais

Em face das taxas "extraordinárias e incessantemente persistentes" de perda de florestas tropicais[2], o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU convocou uma ação urgente para proteger e restaurar as florestas por meio do fortalecimento de sua governança e gestão.

É preciso agir agora – e formuladores de políticas públicas, Ministérios do Meio Ambiente, ONGs e grupos da sociedade civil no mundo inteiro estão dedicados à implementação de «respostas urgentes de governança»[3] para proteger os maiores reservatórios de carbono do planeta, mitigar as mudanças climáticas e evitar uma catástrofe climática.[4]

Mas todos os esforços serão em vão enquanto as partes comprometidas com a proteção ambiental seguirem negligenciando reconhecer e enfrentar o "elefante na sala". O elefante, nesse caso, é o sistema global de proibição criminalizada às drogas, popularmente conhecido como "guerra às drogas".

Cada vez mais se reconhece[5] que atores criminosos estão financiando apropriação de terras, desmatamento, tráfico de madeira e de animais silvestres e atividades de mineração devastadoras do ponto de vista social e ecológico. E que as autoridades, em todos os níveis, frequentemente aprovam e lucram com essas atividades ilegais. No entanto, esse simples reconhecimento não chega a dar nome aos bois, e apontar o propulsor dessas atividades criminosas.

Proibição: o regime internacional de política de drogas – concebido e defendido principalmente por países do Norte Global e mantido pelas Nações Unidas – criou uma economia subterrânea não regulamentada e imensamente poderosa.

© Javie Huxley

Essa economia paralela está prejudicando o progresso ambiental e a governança nas fronteiras das florestas tropicais do mundo. As selvas do Sudeste Asiático, as florestas da África Ocidental e as florestas tropicais das Américas Central e do Sul são algumas das maiores reservas de carbono do planeta e fundamentais para o nosso futuro climático. Essa linha equatorial também se correlaciona com as principais rotas de tráfico de drogas do mundo.

Para proteger regiões ecologicamente frágeis é necessário chegar à origem do sistema paralelo que as ameaça: as leis e os tratados que tornam as drogas ilegais.

Este relatório apresenta uma introdução a essa questão[6]. Ele destila o conjunto crescente de análises de políticas públicas e evidências científicas para expor como esse sistema paralelo funciona, como ele alimenta a destruição ambiental e enfraquece as estratégias de mitigação climática.

É o primeiro de uma série, escrito por acadêmicos, advogados e ativistas que compõem a Coalização Internacional para a Reforma da Política de Drogas e Justiça Ambiental – a primeira coalização global focada nessa interseção vital entre as políticas de drogas e a crise climática.

O relatório descreve três das principais maneiras pelas quais a política de drogas impede a justiça climática. Primeiramente, a geografia da proibição, que empurra a produção e o tráfico de drogas para áreas remotas e vitais de biodiversidade. Em segundo lugar, o reinvestimento dos lucros das drogas em outras atividades prejudiciais ao meio ambiente. Mais importante ainda, o relatório destaca como a política de drogas cria condições subjacentes para a devastação ambiental. Ele explora como as leis proibicionistas empoderaram e enriqueceram grupos criminosos organizados e violentos e criaram uma economia paralela onipotente que desestabiliza a arquitetura do Estado, permitindo que as autoridades legislem de acordo com os interesses do crime organizado e não das pessoas e do planeta.

Por fim, ele destaca a extraordinária oportunidade que temos à nossa frente para demolir esse sistema de proibição e criar alternativas de políticas de drogas que funcionem para a saúde pública e planetária.

No cerne do relatório está um apelo ao movimento ambientalista para que aceite – de forma estratégica e programática – uma ideia crucial:

A proibição das drogas é um dos principais impulsionadores do crime organizado, da corrupção e da captura do Estado em regiões ecologicamente frágeis. O enfrentamento da emergência climática exige uma ação urgente e coordenada dos movimentos ambientalistas e de política de drogas para substituir a proibição por uma regulamentação que apoie as pessoas e o planeta.

Veja a seguir porque isso é necessário. E o que podemos fazer a respeito.

"Diante de uma situação que se agrava a cada dia, é imperativo retificar a estratégia de 'guerra às drogas' adotada na região nos últimos 30 anos. As políticas proibicionistas baseadas na erradicação da produção e na interrupção dos fluxos das drogas, bem como na criminalização do consumo, não produziram os resultados esperados. Estamos mais distantes do que nunca da meta anunciada de erradicação das drogas."[7]

Declaração da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, presidida por César Gaviria, ex-Presidente da Colômbia; Ernesto Zedillo, ex-Presidente do México; e Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente do Brasil (2009)

SEÇÃO 1

TRÊS PRINCIPAIS MANEIRAS PELAS QUAIS A PROIBIÇÃO DE DROGAS PREJUDICA O MEIO AMBIENTE

As políticas proibicionistas de drogas afetam o meio ambiente de várias maneiras.[8] Aqui, descrevemos as três formas mais impactantes através das quais a proibição prejudica o meio ambiente ou enfraquece as ações para protegê-lo.

© Javie Huxley

1 Leva a produção e o tráfico de drogas para importantes fronteiras ambientais

A proibição criou uma situação em que commodities extremamente lucrativas estão sendo produzidas e traficadas em alguns dos lugares mais remotos e biodiversos do mundo.

As florestas tropicais[9] foram responsáveis por 90% dos 420 milhões de hectares de florestas perdidos globalmente entre 1990 e 2020.[10] As florestas tropicais representam 45% de toda a área florestal do mundo e "estão entre os mais importantes reguladores do clima regional e global, reservatórios naturais de carbono e os mais significativos repositórios de biomassa terrestre" do planeta.[11] Das florestas perdidas nas últimas duas décadas, 44% ocorreram na América Latina e 31% na região tropical da Ásia-Pacífico.[12]

As últimas fronteiras florestais do mundo são os locais de cultivo de muitas plantações de drogas ilegais.[13] Esses locais geralmente são fronteiras biodiversas – ou sob alguma forma de proteção de conservação (parques nacionais ou reservas de biosfera), ou em áreas de fronteiras contestadas, ou em territórios indígenas, ou todos os três.[14]

Para muitos observadores, essa sobreposição espacial leva à afirmação simplista de que a produção de cultivos de drogas é a principal causa dessa perda florestal. Isso é errado e promove uma imagem incompleta da dinâmica em jogo.[15]

Embora a área total de floresta que os produtores de plantações de drogas desmatam anualmente seja relativamente trivial,[16] em comparação com a área desmatada para a produção de commodities legais,[17] o principal desafio é a forma como os mecanismos de proibição empurram a produção e, em seguida, a erradicação das drogas para áreas remotas e biodiversas de especial importância ambiental.[18]

O mesmo ocorre com o tráfico de drogas. Os produtos são transportados por litorais remotos, savanas, florestas e oceanos,[19] e traficados por terra e mar com a ajuda de agentes contratados em portos e fronteiras. Esses espaços de transbordo incluem grande parte da Amazônia brasileira e as terras selvagens do Paraguai.

Inclui os países da África Ocidental que recebem carregamentos de drogas da América do Sul, inclusive os que estão no hotspot de biodiversidade global das

© Carlos Villalon

Um par de madeireiros trabalhando em uma árvore Abarco perto do rio Taparal, Colômbia

florestas da Alta Guiné na África Ocidental (Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana). Inclui as florestas tropicais secas, as florestas tropicais úmidas e as florestas nubladas da América Central e do México, que se encontram ao longo das rotas do norte para o tráfico de cocaína, heroína e cannabis para fora da América do Sul. Inclui as florestas do Laos, Mianmar e Tailândia, de onde a heroína é exportada em todas as direções.[20]

Se os mercados de coca, cannabis e papoula do ópio fossem legais, essas culturas seriam cultivadas onde quer que os produtores tivessem uma vantagem competitiva no contexto do comércio global, da mesma forma como o café e o tabaco. De fato, nos poucos casos em que o ópio, a cannabis e a coca estão sendo cultivados legalmente – para abastecer os setores farmacêutico e de bebidas – seu cultivo ocorre em contextos agrícolas convencionais.[21]

Nos casos em que pequenos proprietários estejam cultivando drogas na margem da floresta, ou traficantes transportando seus produtos através de florestas tropicais, é porque a dinâmica da aplicação da lei de drogas os empurrou para lá. Para os milhões de agricultores que cultivam plantas proibidas, suas atividades são consideradas criminosas. Eles vivem sob a ameaça constante de prisão e violência por parte de autoridades e o risco de que suas colheitas sejam apreendidas ou destruídas por meio de erradicação física ou química.[22]

© Transnational Institute

Cultivo de papoula do ópio, Mianmar

Quanto mais os produtores e traficantes de drogas são perseguidos, mais eles procuram paisagens remotas para conduzir seus negócios e mais ampla se torna sua área de influência.[23] Conforme descrito na seção a seguir, a presença deles nessas áreas remotas alimenta outros danos ambientais. É assim que o negócio de drogas ilegais prospera em algumas das terras e florestas mais emblemáticas do mundo – os mesmos ecossistemas tão cruciais para a sobrevivência do nosso clima.[24] **A cascata de efeitos ambientais associados à proibição decorre dessa geografia básica.**

"Quero dizer que não é justo culpar os pequenos produtores de ópio, que são criminalizados pela lei e marginalizados pela sociedade e pelos mecanismos de mercado, pelos danos ambientais. Eles não têm poder para reagir. Apoie-nos. Não nos culpem apenas."

Sai Lone, consultor sênior do Fórum de Produtores de Ópio de Mianmar. Contribuição em vídeo apresentada na primeira reunião global sobre Reforma da Política de Drogas e Justiça Ambiental, Londres, dezembro de 2022.[25]

Os perseguidos e os poderosos – a grande disparidade no comércio de drogas

Assim como nas economias legais, a participação no comércio de drogas é altamente desigual. Em um extremo estão os pequenos agricultores e traficantes de pequena escala que dependem de sua renda para sobreviver; no outro, as facções criminosas organizadas que detêm dinheiro, poder e influência extraordinários.

A proibição causa um ciclo vicioso de pobreza em todo o mundo, que atinge os mais marginalizados e vulneráveis da sociedade. As pessoas mais afetadas não são as que estão no comando do comércio de drogas – em vez disso, são as que estão nos níveis mais baixos deste comércio que são perseguidas e criminalizadas. Isso é sentido com mais intensidade pelas comunidades marginalizadas e pelas mulheres que se envolvem no comércio de pequena escala por necessidade ou falta de alternativas. Nesses contextos de significativa vulnerabilidade, impotência

Pulverização de folhas de coca com cimento e cal nos estágios iniciais da produção de cocaína, Colômbia

© Carlos Villalon

e pobreza, o comércio de drogas pode oferecer uma renda decente ou um meio de sobrevivência, onde não existe outro.

Por exemplo, na Colômbia, estima-se que cerca de 200.000 famílias vivam do cultivo de coca; milhares de outras estão envolvidas na colheita de coca ou no fornecimento a produtores.[26] Especialmente em contextos de guerra civil e desalojamento, o cultivo de drogas pode ser uma das poucas oportunidades econômicas disponíveis nas áreas rurais e pode ser uma linha de vida essencial para os povos indígenas, pessoas desalojadas sem direitos e para os migrantes rurais que vivem nas margens da floresta.[27] As redes criminosas que dependem de produtores camponeses muitas vezes agem como agentes de extensão, ajudando os agricultores a ter acesso a materiais de plantio e agroquímicos.[28] Muitos agricultores que cultivam drogas atribuem a esses acordos a sobrevivência de suas famílias. Mesmo quando esses agricultores são perseguidos pela polícia ou pelos militares, os benefícios pragmáticos de subsistência do cultivo de drogas ilegais muitas vezes os obrigam a retornar ao negócio, apesar dos altos riscos.[29]

Esse é o paradoxo do cultivo de drogas: plantações arriscadas e ilegais podem ser *favorecidas* por pequenos agricultores em desvantagem. Esses são os principais alvos dos esforços de fiscalização, enfrentando a erradicação de suas plantações, o encarceramento e a destruição de seus meios de subsistência. Enquanto isso, conforme explorado neste relatório, aqueles que estão no topo do comércio permanecem praticamente ilesos, pois seu poder, dinheiro ou violência lhes garantem imunidade contra processos judiciais e influência sobre a elaboração de políticas públicas de elite.

© Carlos Villalon

Produção de coca, Cauca, Colômbia

2 Lucros das drogas financiam uma destruição ambiental mais ampla

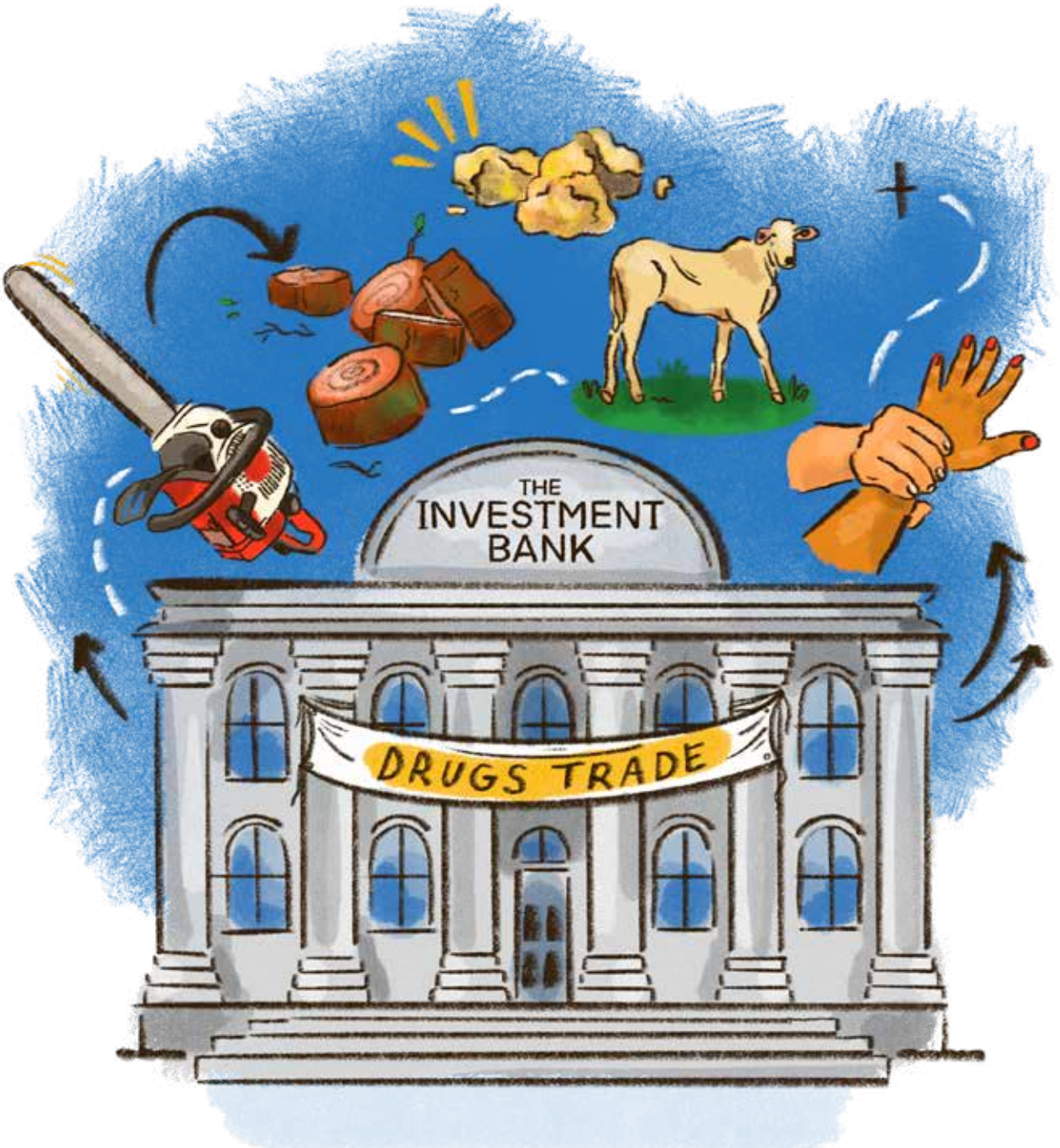
Quando a proibição empurra o crime organizado para as fronteiras tropicais biodiversas, seus lucros são reinvestidos para financiar outras atividades prejudiciais ao meio ambiente nessas mesmas áreas.

As atividades criminosas são menos arriscadas quando aqueles que as realizam controlam os espaços em que elas acontecem. A compra e o controle de grandes parcelas de terra ao longo das principais rotas de transbordo, fronteiras e portos[30] é, portanto, uma boa estratégia comercial.

Terras rurais – especialmente longe dos mercados de terras estabelecidos e em locais onde os registros de terras são escassos ou inexistentes – podem ser compradas em dinheiro vivo e sem necessidade de repasse de recibos ou escrituras. Cartórios corruptos podem legalizar a transação após o fato consumado. Na Colômbia, no Brasil, na Guatemala[31] e em Honduras, por exemplo, pesquisadores documentaram várias vezes como os 'narcos' usam da violência, ameaças e dinheiro para comprar ou tomar posse de grandes áreas de terras indígenas e camponesas, e de terras protegidas para conservação.[32]

As drogas ilegais são um negócio lucrativo. Quando esse negócio está em áreas ricas em recursos, as partes enriquecidas pelos lucros das drogas fazem o que toda empresa costuma fazer: procuram investir seu dinheiro e diversificar seus portfólios de renda.[33] Os setores que são especialmente propícios à capitalização dos lucros das drogas são as indústrias remotas, à base de dinheiro vivo, onde lucros ilegais podem ser reinvestidos em negócios e fontes de renda alternativas.[34] Isso inclui uma série de outros negócios ilegais, tráfico de animais silvestres, madeira tropical, artefatos arqueológicos, ouro e outros minerais, bem como investimentos em agronegócios legais, como carne bovina, óleo de palma, soja e abacate.[35] Os lucros das drogas também fornecem capital inicial para o negócio do tráfico humano.

Dessa forma, **os lucros das drogas funcionam como um banco de investimentos para uma série de outros empreendimentos criminosos organizados prejudiciais ao meio ambiente, indústrias extrativas e agronegócios com uso intensivo de carbono.**[36]



© Javie Huxley

O Estreito de Darién[37]

Em 2004, o fotógrafo e membro da coalização, Carlos Villalon, deparou-se com uma história de um único parágrafo em um jornal colombiano, com a manchete "Imigrantes chineses apreendidos na selva de Darién". Essa história o levou ao que viria a se tornar uma jornada anual pela floresta tropical que abrange a fronteira da Colômbia e do Panamá, até a traiçoeira trilha de migração que ele vem documentando desde 2011.

O Estreito de Darién é um trecho de 160 quilômetros de montanhas, florestas, rios e pântanos; uma região remota e cheia de perigos que marca a única interrupção na extensão contínua de 30 mil quilômetros da Rodovia Pan-Americana. 'Uma terra-mãe da biodiversidade', o Darién é um dos habitats selvagens mais singulares e geneticamente ricos do mundo, servindo como uma ponte fundamental para a troca de espécies de plantas e animais entre as Américas do Norte e do Sul.

A reportagem contínua de Villalon sobre o Darién Gap[38] acompanha a longa e difícil odisseia vivida todos os dias por milhares de migrantes da África, do Sudeste Asiático e do Caribe. Chegando à Colômbia de vários pontos da América do Sul, indivíduos e famílias que fogem da guerra, da fome, do autoritarismo e de condições políticas e econômicas precárias se colocam nas mãos de "coiotes" que se oferecem para conduzi-los por essa região implacável. No final de 2021, mais de 125.000 migrantes do Bangladesh, Camarões, Índia, Somália, Nepal, Venezuela, Cuba e Haiti passaram por lá, a caminho de seu destino final, os Estados Unidos.

Cartéis de tráfico de drogas controlam a rota de Darién. O Cartel do Golfo (também conhecido como Urabeños), um antigo grupo paramilitar de direita que se tornou um cartel de drogas, controla o tráfico de cocaína na região há décadas. Esse controle permitiu que eles entrassem no negócio de migração. Inicialmente, era um negócio secundário, com apenas algumas famílias ousando cruzar a fronteira no início dos anos 2000. Atualmente, mais de 3.000 migrantes cruzam o Darién todos os dias.

Inicialmente, a renda que esses grupos criminosos obtinham com o tráfico de pessoas era ínfima em comparação com os milhões que arrecadavam com o tráfico de drogas. Mas o poder e o controle territorial que os grupos obtiveram com o tráfico de drogas permitiram que seu empreendimento de tráfico de pessoas prosperasse. Hoje, eles cobram de cada migrante que entra em seu território e, nesse processo, estão ganhando cerca de US$ 350.000 por dia.

Nesse processo, a selva de Darién está sofrendo. Pristina e relativamente inexplorada durante anos, agora ela está cheia de caminhos criados pelo fluxo de migrantes. Todos os dias, milhares de migrantes desesperados deixam em seu rastro toneladas de plástico, latas, fraldas e roupas. Presos entre a interdição de migrantes e a interdição de drogas, eles estão destruindo uma joia ecológica. Enquanto isso, os lucros das drogas vão empurrando estradas para a região a partir do lado panamenho, e as florestas expostas vão sendo convertidas em agricultura.[39]

Migrantes caminhando pela selva. O Estreito de Darién

O nexo entre o narcotráfico e a mineração ilegal na Amazônia brasileira[40]

A conexão entre o tráfico de drogas e a mineração ilegal não é um fenômeno recente. Desde a década de 1980, há indícios do uso de pistas de pouso para atividades de mineração ilegal por grupos de traficantes de drogas que operam na Terra Indígena Yanomami, uma das comunidades mais ameaçadas da região amazônica.[41] Um exemplo notável é o caso de Leonardo Mendonça, que foi o traficante de drogas mais famoso do Brasil entre 1997 e 2002. Mendonça trabalhou como garimpeiro ilegal em Roraima, na Amazônia brasileira, durante a década de 1980, e depois migrou para áreas de mineração no Suriname, onde estabeleceu uma operação altamente sofisticada de tráfico de drogas e armas, aproveitando suas conexões na mineração ilegal.[42]

Mais recentemente, no entanto, o cenário se tornou ainda mais complexo devido a uma série de mudanças no ecossistema criminoso da Amazônia, envolvendo principalmente a Colômbia, a Venezuela e o Brasil. Essas mudanças estão ligadas a crises econômicas, políticas e sociais nos países sul-americanos, bem como à expansão de grupos brasileiros e venezuelanos, como o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital e o Tren de Aragua, que começaram a estabelecer o controle armado e a governança criminosa nos territórios amazônicos.[43]

As frentes de mineração ilegal estabelecem uma rede complexa de pistas de pouso e portos clandestinos, envolvendo acordos com elites econômicas e políticas locais, bem como esquemas de corrupção envolvendo agentes do Estado. Todos esses elementos são de interesse dos narcotraficantes, assim como o uso do ouro como meio de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e a oportunidade de investir os lucros ilícitos do tráfico de drogas em atividades de mineração.[44]

Um exemplo notável ocorreu em novembro de 2021, quando a Polícia Federal brasileira lançou a Operação Narcos Gold com o objetivo de combater a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e desmantelar um grupo criminoso que operava na Amazônia há pelo menos três anos.

A investigação revelou que o grupo recebia drogas da fronteira entre a Bolívia e o Brasil por meio de pistas de pouso clandestinas em áreas de mineração ilegal na região Amazônica para distribuição nas grandes cidades. O grupo operava uma

Helicóptero da Agência Ambiental Brasileira sobrevoa um acampamento de mineração ilegal durante uma operação para tentar conter a mineração ilegal no Território Indígena Yanomami, em Roraima, Brasil

extensa rede de negócios ilícitos em todo o território brasileiro, movimentando uma quantia estimada em mais de 200 milhões de dólares.[45]

Portanto, na última década, testemunhamos o surgimento de novas práticas criminosas na Amazônia que entrelaçam grandes grupos de tráfico de drogas com atividades ilícitas "tradicionais" na região, como a mineração ilegal e o desmatamento. Essa nova dinâmica provavelmente intensificará as atividades devastadoras do meio ambiente e também contribui para o aumento da violência nas cidades, aldeias e comunidades indígenas da Amazônia.

Peru: Muitas conexões entre o tráfico de drogas e a mineração de ouro

A mineração de ouro é um investimento atraente para grupos do crime organizado envolvidos no comércio de drogas. Ao contrário da cocaína, o ouro é uma mercadoria legal que pode ser facilmente comercializada em mercados globais historicamente estáveis e pode ser facilmente contrabandeado (em vários pedaços pequenos) e lavado para o comércio legal.[46]

Mas, assim como na produção de folhas de coca, os pequenos produtores de ouro são desproporcionalmente punidos pela mineração ilegal, dentre os quais se incluem pessoas indígenas cuja subsistência depende da mineração artesanal.[47] Hoje, em uma crise econômica pós-pandemia, o cultivo de coca foi transferido para o sul da Amazônia, onde as áreas de cultivo aumentaram em até 274%.[48] Esse é o caso de Madre de Dios, uma região conhecida mundialmente pela paisagem de crateras, semelhante à lua, deixada pelo garimpo ilegal desenfreado de ouro.

O tráfico de drogas e a mineração ilegal compartilham infraestruturas, como estradas e aeroportos clandestinos[49] e o emprego de mão de obra empobrecida.[50] Além disso, os grupos de tráfico de drogas investem em minas de ouro legais e ilegais para lavar os lucros de suas atividades altamente lucrativas no mercado de drogas.[51] Entretanto, as respostas do Estado a ambas as atividades apresentam uma semelhança notável.[52] O financiamento e a capacidade de desmantelamento dessas redes em grande escala avançam em um ritmo mais lento em comparação aos esforços de fiscalização aos quais os pequenos produtores estão sujeitos. Entre 2015 e 2022, os orçamentos da polícia para combater a mineração ilegal foram 4,1 vezes maiores do que os da formalização – a transformação das práticas de mineração em práticas ambiental e socialmente responsáveis.[53]

"Em termos simples, os traficantes de drogas estão diversificando seus portfólios para o negócio de crimes contra a natureza."[54]

Robert Muggah, diretor do SecDev Group e cofundador do Instituto Igarapé.

3 Desestabiliza as sociedades e obstrui esforços de mitigação das mudanças climáticas

A proibição não apenas financia os danos ambientais e os redireciona para áreas de fundamental importância ambiental; a proibição e sua dinâmica de mercado criam condições subjacentes mais amplas para incorporar violência e corrupção, desestabilizar países inteiros e estabelecer uma barreira direta à ação ambiental.

O ato de tornar ilegais produtos de alta demanda cria uma economia paralela de alto risco, com lucros astronômicos e poder para aqueles que a controlam. Isso é suficiente para incorporar a violência e a corrupção, "comprar" funcionários de todos os níveis e desviar recursos e políticas para atender às necessidades do crime organizado. As páginas 21 a 25 descrevem em detalhes as etapas pelas quais isso acontece.

Assassinatos de defensores do meio ambiente

Todos os anos, centenas de corajosos defensores do meio ambiente são assassinados ao defenderem suas terras e recursos, com os assassinatos se concentrando nas principais zonas de produção e tráfico de drogas.[55]

Tem se mostrado excepcionalmente difícil vincular a maioria desses crimes a atores específicos. A análise da Global Witness revela que, em 75% dos casos, os assassinatos de defensores ambientais não podem ser vinculados a nenhuma indústria legítima.[56] Além disso, mesmo nos casos em que os assassinos são identificados, pode ser muito difícil 'seguir a trilha de dinheiro' do assassino até a pessoa que ordenou o assassinato. A corrupção na força policial e no sistema judiciário significa que, com frequência, cabe a jornalistas e aos grupos de direitos humanos – eles próprios frequentemente sujeitos a intimidação e violência – ligar os pontos. E, repetidamente, o que seu trabalho corajoso mostra é que os envolvidos no comércio de drogas estão regularmente financiando a perseguição e o assassinato de defensores ambientais que ameaçam os "negócios de sempre".[57]

Como exemplo, no Equador, Fernando Villavicencio, um dos principais candidatos à presidência que, depois de se manifestar contra a infiltração da política pelo crime organizado, foi morto a tiros em agosto de 2023.[58] Os assassinatos dos jornalistas Dom Phillips e Bruno Pereira, que chocaram o mundo em 2022, estavam ligados às suas reportagens sobre o crime organizado[59]

no contexto da rápida expansão da atividade de drogas ilegais na remota Amazônia brasileira.[60]

De fato, os números mais recentes da Global Witness mostram que, em 2022, quase dois terços de todos os assassinatos de defensores ambientais em todo o mundo ocorreram em apenas três países: Colômbia, México e Honduras.[61] Esses três locais têm algo em comum: todos eles desempenham um papel fundamental na produção e no tráfico de cocaína e outras drogas para os EUA, a Europa e outros mercados globais.

Essas dinâmicas não se limitam à América Latina. Um relatório da ONU divulgado em junho de 2023 alertou que o comércio de drogas sintéticas na Ásia estava atingindo "níveis extremos",[62] impulsionado principalmente pela metanfetamina.[63] Nas Filipinas, outro país que consistentemente está entre os mais violentos para os defensores do meio ambiente, pelo menos 8.663 pessoas foram mortas entre julho de 2016 e junho de 2020 em uma feroz campanha antidrogas supervisionada pelo então Presidente Rodrigo Duterte. Outras estimativas citam o número de mortes como sendo até o triplo desse número.[64]

Vista aérea do desmatamento na floresta amazônica de Guainía, Colômbia. A terra agora é usada para a criação de gado

© Carlos Villalon

O combate ao tráfico de drogas desvia recursos

O comércio de drogas consome recursos significativos do Estado por meio de um esforço policial e militar imenso, porém ineficaz e contraproducente, para eliminá-lo. Esse esforço – direcionado principalmente àqueles que estão nos níveis mais baixos do comércio de drogas – cresceu em paralelo ao aumento do comércio nos últimos cinquenta anos. Em uma estimativa conservadora, a implementação de políticas antidrogas custa pelo menos US$ 100 bilhões por ano em todo o mundo, quase igualando o orçamento global de ajuda humanitária de US$ 130 bilhões.[65] Esse dinheiro público poderia ser usado para apoiar iniciativas que promovam a saúde pública e planetária.

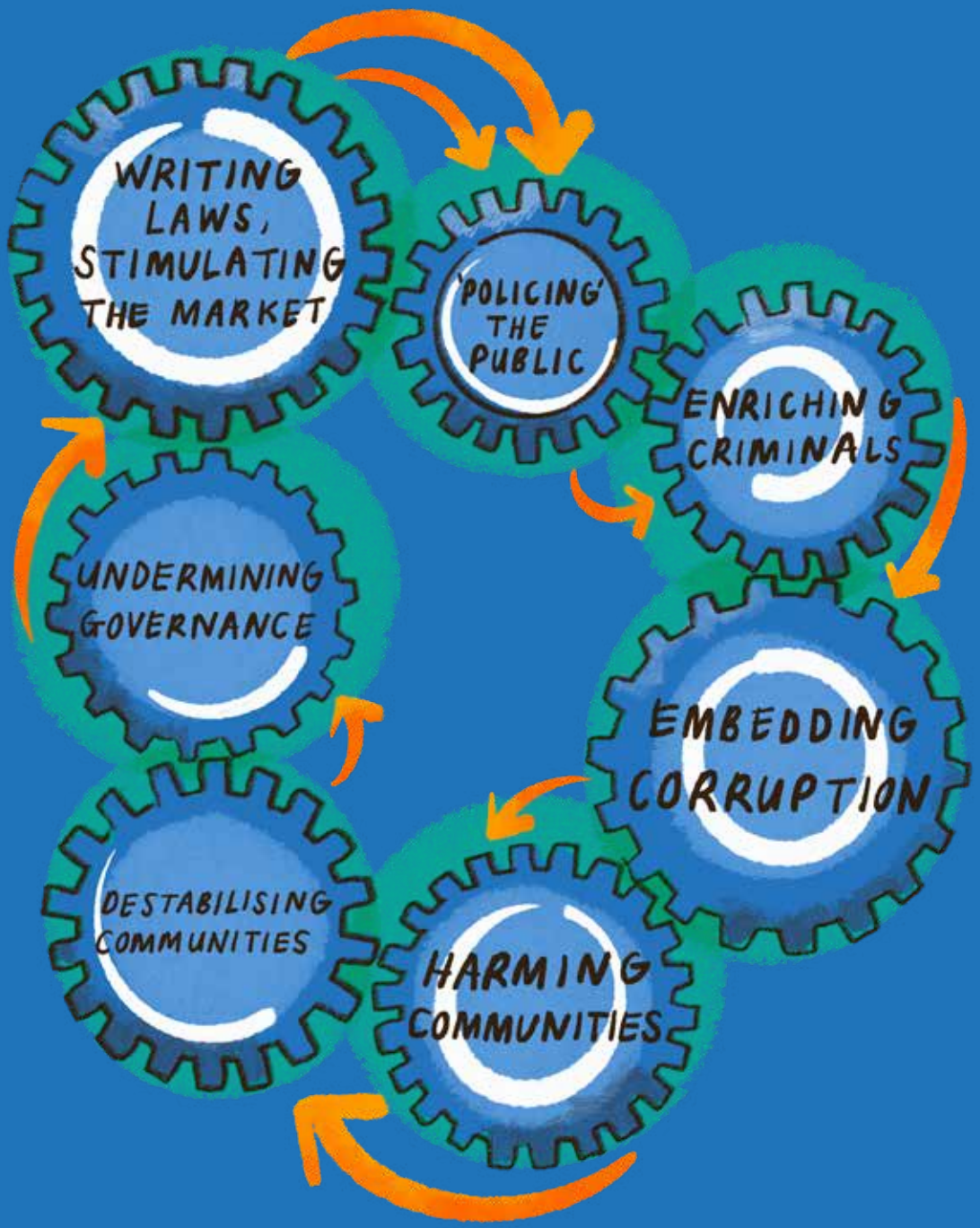
Os lucros do comércio de drogas desviam a formulação de políticas

Se as pessoas que ocupam cargos públicos forem corrompidas ou enfraquecidas pela corrupção, é muito mais provável que não trabalharão pela tão necessária transição para a agricultura sustentável, e nem tampouco implementarão modelos de desenvolvimento resiliente ao clima. Eles não governarão em prol da justiça climática.

Por exemplo, na Guiné-Bissau, a associação de longa data entre a elite político-militar e o comércio de cocaína é bem conhecida; os lucros desse comércio são usados para comprar redes de proteção e complementar os orçamentos públicos.[66]

Em 2022, Juan Orlando Hernández Alvarado, Presidente de Honduras de 2014 a 2022, e seu ex-Chefe da Polícia Nacional foram extraditados para os Estados Unidos, acusados de receber milhões de dólares de traficantes de drogas em troca de proteção contra prisão.[67]

Como a proibição desestabiliza as sociedades – um passo a passo.



© Javie Huxley

Escrevendo leis, estimulando o mercado

Quando os Estados membros da ONU assinaram a Convenção Única sobre Entorpecentes, eles coletivamente tornaram a cocaína, a heroína e a cannabis ilegais em todo o mundo (exceto para "usos científicos e médicos").[68] Imediatamente, o preço de todas essas drogas subiu. Quando uma mercadoria se torna ilegal, seu comércio se torna arriscado, levando alguns a abandonar os negócios e aumentando os riscos para os que permanecem. A droga então se torna escassa em relação às mercadorias legais. A escassez mais o fator de risco aumentam seu preço. O resultado do aumento dos preços é incentivar a participação no mercado, especialmente para pessoas marginalizadas social e economicamente que enfrentam barreiras estruturais ao envolvimento em economias legais. Esse efeito é sentido em todos os níveis da rede de fornecimento: de fazendeiros a entregadores e varejistas de rua.

"São os esforços das agências de aplicação das leis que fazem com que um simples produto agrícola, que não custa mais do que café em sua origem, valha mais do que seu peso em ouro quando chega à Europa ou aos Estados Unidos".

Tom Wainwright, autor de "Narconomics: How to Run a Drug Cartel" (Narconomia: Como Administrar um Cartel de Drogas)

Criando criminosos

Quando uma mercadoria é ilegal, qualquer pessoa envolvida em sua rede de fornecimento é automaticamente criminalizada. Para aqueles que estão nos degraus mais baixos deste comércio, isso aumenta suas vulnerabilidades. Outros usam a violência para fazer cumprir contratos, proteger territórios e permitir o funcionamento tranquilo e lucrativo de seus negócios. Eles vão se tornando mais hábeis e eficientes em resposta às táticas policiais – vão de criminosos a criminosos organizados;[69] de operações domésticas à expansão transnacional. A maior organização criminosa do Brasil, por exemplo, passou a vender cocaína internacionalmente há uma década e agora está aliada a redes criminosas italianas, mexicanas, colombianas, russas e africanas.[70]

© Maris Maskalans

"O crime organizado nasceu com a proibição. Agora, toda ação de policiamento – ação que pode ser considerada "bem-sucedida" – meramente afia a espada do crime organizado. As políticas de drogas fizeram com que eles se tornassem mais sofisticados e melhores no que fazem."[71]

Neil Woods, Parceria de Ação para Aplicação da Lei – Reino Unido, ex-policial à paisana e membro da coalização.

'Policiando' o público

Conforme determinado pelas Convenções da ONU, as leis proibicionistas devem ser aplicadas. Isso significa que os sistemas jurídico, burocrático, policial e militar devem ser orientados para capturar e punir os criminosos criados pela lei. Essa aplicação é direcionada principalmente para os 'frutos mais alcançáveis' – aqueles que estão nos degraus mais baixos do comércio, enquanto os criminosos organizados geralmente conseguem usar dinheiro ou violência para garantir proteção. Quando um país não detém os meios para aplicar essas leis por conta própria, os países mais ricos costumam ser rápidos em fornecê-los como uma forma de exercer controle e intervir militarmente em regiões estrategicamente importantes. Os orçamentos policiais e militares tornam-se cada vez mais dependentes do financiamento interno e externo à "guerra às drogas" e em comprovar que sempre precisam de mais financiamento ainda. Os governos podem, então, usar recursos policiais e militares para brutalizar e controlar os oponentes políticos ou as comunidades consideradas ameaçadoras a seus interesses políticos e para consolidar o controle do Estado, deixando os atores dos grupos do crime organizado de mais alto nível relativamente intocados.[72]

"Líderes políticos e governos de todo o mundo apoiaram a proibição das drogas e construíram um sistema global de proibição... o fizeram porque a proibição das drogas, a demonização das drogas e as campanhas antidrogas foram muito úteis — especialmente para os políticos, a polícia, os militares e a mídia."[73]

Cientista político, Harry Lavine, 2003

Enriquecendo criminosos

Os lucros obtidos com mercadorias proibidas podem ser astronômicos.[74] Os criminosos que captam a maior parte desses lucros são os que controlam o movimento atacadista de mercadorias através das fronteiras. [Consulte a página 30: "Quanto dinheiro há no comércio de drogas?"] No entanto, os lucros obtidos não podem ser facilmente transferidos para a economia legal sem atrair a atenção das autoridades. Alguns atores enriquecidos pelo comércio de drogas têm as conexões e a sofisticação financeira para ocultar seus lucros no exterior. Outros precisam lavar seu dinheiro de outras formas, sendo a terra e os recursos rurais um mecanismo de lavagem ideal.

Incorporando a corrupção

Para garantir o bom funcionamento de seus negócios, os grupos criminosos organizados tentam comprar qualquer pessoa cujo emprego ou interesses pessoais possam atrapalhar — desde guardas de parques nacionais e juízes até chefes de polícia, autoridades eleitas e presidentes. Aqueles que resistem às coerções econômicas correm o risco de intimidação, tortura, sequestro e assassinato.

Enfraquecendo a governança

Em regiões já frágeis com governança enfraquecida, uma cultura de corrupção pode se tornar endêmica, com grupos criminosos organizados capazes de operar com completa impunidade. A capacidade de governos fornecerem assistência social, proteção e apoio para seu povo é severamente comprometida quando instituições públicas incluindo a polícia, judiciário e agência ambientais são enfraquecidas pela corrupção e o desvio de recursos para expansão de agências militarizadas de aplicação e fiscalização das leis.

© Maris Maskalans

Prejudicando e desestabilizando comunidades

O desgaste do tecido social por meio da corrupção e do enfraquecimento das instituições públicas agrava os danos já sentidos de forma desproporcional pela aplicação das leis de drogas, atingindo de forma especialmente dura as comunidades pobres, indígenas, afrodescendentes, LGBTQ+ e camponesas.[75] Grupos socialmente marginalizados provavelmente já carregam o maior fardo da crise climática – as iniquidades da proibição só aumentam e amplificam isso.

"A chamada 'guerra às drogas' em nossa Mosquitia transformou as áreas costeiras de nosso território em uma zona militarizada, com postos de controle militar em todas as praias e perto de todas as comunidades... Embora o objetivo seja controlar o tráfico de drogas, na prática serve para controlar a população que vive e trabalha na zona costeira, que tem que explicar constantemente suas ações e seus movimentos, mesmo que estejam apenas circulando em seu próprio território..."

Manifesto Indígena do "Encuentro de Pastoral de Tierra y Medioambiente Busbun Tignika-Krata", Honduras, 11 de dezembro de 2022.[76]

Uma breve história da proibição de drogas

A primeira estrutura de proibição de drogas verdadeiramente globalizada foi a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961. Ela tentou consolidar uma colcha de retalhos de instrumentos internacionais de controle de drogas do início do século dentro do recém-criado sistema das Nações Unidas. Essa Convenção tinha uma função dupla: estabelecer sistemas regulatórios para os usos científicos e médicos de drogas "controladas", juntamente com um modelo de proibição punitiva para qualquer uso de drogas que não se enquadrasse na categoria de uso científico ou médico.

Enquadrado como um "dever de combater" o "mal" das drogas, o regime do tratado – ampliado pela Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e pela Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 – exigia que os Estados signatários criminalizassem a produção, o fornecimento e a posse de determinadas drogas (com exceção do álcool e da nicotina). As Convenções forneceram a base legal e conceitual para várias narrativas políticas, a saber, a "guerra às drogas", a "tolerância zero", a "sociedade livre de drogas" e as leis proibicionistas relacionadas que surgiram nos Estados membros nas décadas seguintes.[77]

Essas iniciativas da ONU foram lideradas por países do Norte Global, especialmente os EUA, e moldadas por suas prioridades políticas e estratégicas. Nos EUA, após a proibição do álcool (1920-1933), os recursos de fiscalização foram realocados para os mercados emergentes de ópio, cannabis e cocaína, refletindo narrativas muitas vezes abertamente racistas. Eles associavam essas novas ameaças das drogas à mão-de-obra de imigrantes chineses, mexicanos e negros. Na verdade, a narrativa baseada em ameaças da "guerra às drogas" forneceu uma justificativa para o controle social de "indesejáveis", fossem eles imigrantes, minorias raciais, comunidades indígenas ou oponentes políticos e ideológicos. Isso se tornou uma característica definidora da repressão contemporânea às drogas. Embora a expressão mais famosa tenha sido a declaração de Nixon, em 1971, de uma "guerra" contra o "inimigo público número um", os mesmos impactos desproporcionais da repressão às drogas sobre as populações marginalizadas podem ser vistos na política de drogas em grande parte do mundo.[78]

UN Office for Drugs and Crime, Vienna. © Alex Hammond/FCO

O fato de que a maior parte das drogas consumidas nos principais mercados do Norte Global era proveniente de regiões mais pobres do Sul Global e traficada por meio delas proporcionou aos EUA e a outros arquitetos do regime global uma cobertura política para uma série de intervenções geopolíticas, estratégicas ou militares que pouco ou nada tinham a ver com preocupações domésticas de saúde pública.

Apesar dos vastos recursos investidos na "guerra às drogas" nos 60 anos que se seguiram, seus resultados foram desastrosos – até mesmo em seus próprios termos. As drogas ilegais estão mais disponíveis, mais baratas, mais variadas, mais potentes e mais perigosas do que nunca; mais pessoas usam drogas, sofrem danos à saúde e morte relacionadas às drogas.[79]

Em última análise, a proibição do álcool foi revogada há quase 100 anos nos EUA porque o público entendeu que ela alimentava o crime organizado e a violência, a corrupção política, as misturas venenosas de contrabando e enchia as prisões de pessoas pobres. A "guerra às drogas" global teve os mesmos impactos, mas em uma escala exponencialmente maior e por muito mais décadas.

Impactos da proibição na floresta da Alta Guiné

A floresta da Alta Guiné, na África Ocidental, é "um dos sistemas florestais mais severamente ameaçados do mundo".[80] As florestas da Guiné constituem o segmento noroeste desse ecossistema transnacional. Entre 2002 e 2022, a Guiné perdeu cerca de 7,4% de sua floresta primária úmida e teve uma redução de 24% na cobertura de árvores em geral.[81] Isso se deve a uma série de fatores diretos, incluindo o comércio ilegal de jacarandá e outras madeiras tropicais valiosas, mineração de bauxita, agricultura familiar e coleta de lenha.[82] Em resposta, no início de 2021, o governo civil da Guiné anunciou uma proibição total do desmatamento, repetindo uma moratória anterior sobre a extração de madeira.[83] Em setembro, esse governo foi destituído em um golpe militar. Desde então, a Guiné retomou a extração de madeira patrocinada pelo Estado e tem as maiores taxas de perda florestal da região.[84]

O setor madeireiro ilícito é controlado há muito tempo pelos militares guineenses, e é sabido que os soldados são pagos em concessões de madeira.[85] Os investimentos chineses na extração de recursos naturais ampliaram as atividades extrativistas florestais dos militares. Mas o período em que a perda florestal aumentou na Guiné coincidiu com a ascensão do país como um nó no ecossistema cada vez mais ativo do tráfico de cocaína na África Ocidental. Em 2008, o Escritório de Drogas e Crimes da ONU alertou que grupos do crime organizado – que supervisionam o tráfico de cocaína em contêineres da América do Sul para serem encaminhados através da África Ocidental, principalmente a caminho da Europa – estavam se aproveitando de Estados enfraquecidos para expandir seus negócios.[86] Desde então, a Guiné – e seus vizinhos – tem se envolvido cada vez mais com o transbordo de cocaína; sua lavagem de dinheiro muitas vezes se reflete em aumentos inexplicáveis nas receitas cambiais.[87]

Não é difícil deduzir que o golpe na Guiné pode ter sido financiado, pelo menos parcialmente, com dinheiro das drogas, a fim de restabelecer um regime favorável à exploração madeireira. Certamente, a exploração madeireira na Guiné tem sido associada ao tráfico de cocaína na vizinha Guiné-Bissau e na vizinha Gâmbia.[88]

© Javie Huxley

Quanto dinheiro há no comércio de drogas?

Embora medir os mercados ilegais seja uma tarefa inevitavelmente desafiadora, as estimativas fornecem uma indicação da vasta escala do comércio de drogas. Uma estimativa da ONU de 1997, comumente citada, do faturamento global do mercado de drogas ilegais foi de US$ 400 bilhões[89] – que, na época, era "maior do que o comércio internacional de ferro, aço e veículos automotores", e aproximadamente o mesmo tamanho do total do comércio internacional de têxteis". Embora o número da ONU tenha sido amplamente criticado, em 2017 o *think tank* Global Financial Integrity estimou um número não muito diferente, entre US$ 426 bilhões e US$ 652 bilhões.[90] Em escala nacional, o valor de atacado da cocaína que passa pela Guatemala representou 18% do PIB do país em 2016.[91]

Em resumo, há dinheiro suficiente no tráfico de drogas, ao longo de suas cadeias de suprimentos, para incentivar a participação, distorcer economias regionais e nacionais e criar condições para a captura de funções estatais – da polícia e do judiciário aos ministérios ambientais, até os mais altos cargos executivos.

Uma nova análise do comércio de drogas no Paraguai, Peru, Uruguai e Chile resume esses efeitos:

"Conforme indicado, embora não tenhamos números precisos, economistas estimam que o setor de drogas representa uma parcela significativa e crescente da economia geral da maioria dos países latino-americanos. Mais importante ainda... com o tempo, esse negócio ilícito desenvolve vínculos significativos em diversas áreas da economia formal, alimentando-se delas e/ou sustentando-as. Em outras palavras, a influência desse setor é muito mais abrangente do que geralmente se pensa, pois a riqueza relacionada às drogas contribui para muitas atividades econômicas."

Feldman e Luna, 2023[92]

© Juanmonino

Como a proibição prejudica as estratégias de adaptação e mitigação ambiental

Além das questões de governança e elaboração de políticas nacionais, existem muitas iniciativas internacionais de políticas ambientais para aumentar a cobertura florestal e promover o manejo florestal sustentável e o desenvolvimento rural. A lista abaixo descreve as mais comuns, incluindo as endossadas pelo IPCC em sua última avaliação das florestas tropicais.[93] A segunda coluna descreve como a proibição enfraquece essas iniciativas e mantém o status quo destrutivo.

Estratégias de mitigação ou adaptação ambiental...	...e como elas são enfraquecidos pela proibição
Reservas de conservação e áreas protegidas	Na luta para salvar a biodiversidade e os reservatórios de carbono, proteger as florestas tropicais em reservas de biosfera e parques nacionais pode parecer uma opção sensata. No entanto, embora a terra possa ser protegida no papel, as reservas florestais precisam ser fiscalizadas, e os atores rurais enriquecidos pelo comércio de drogas invariavelmente encontram maneiras de dificultar essa fiscalização. Eles têm o dinheiro e as armas para operar onde quiserem; nenhuma área está realmente "protegida" contra eles. Os guardas de parques e os administradores comunitários de florestas podem ser "comprados", intimidados a recuar ou pagar com a própria vida. Como resultado, as áreas protegidas geralmente são o "marco zero" da perda de biodiversidade causada pelo comércio de drogas. Na América Central, por exemplo, os pesquisadores descobriram que a maioria das terras desmatadas pelos 'narcotraficantes' estavam em áreas protegidas, onde, apesar das fortes proteções das terras no papel, eles operavam com impunidade.[94]
Apoiar os direitos indígenas à terra	Os povos indígenas são os melhores administradores de suas terras florestais. Além de ser um imperativo legal e moral, o reconhecimento de seus direitos territoriais é considerado uma opção de baixo custo para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.[95] No entanto, são raros os grupos indígenas, independentemente de seus direitos à terra e proteções legais *de jure*, que conseguem se manter firmes diante dos grupos de crime organizado com bons recursos, fortemente armados e politicamente conectados, envolvidos no tráfico de drogas.[96]

Cadeias de fornecimento sustentáveis para commodities tropicais	As florestas tropicais são convertidas em áreas de produção de carne bovina, soja, cacau, café e outras commodities que são exportadas globalmente. Países fora da região dos trópicos podem, portanto, alavancar seu poder de compra para incentivar as empresas de alimentos a obter commodities de terras adquiridas legalmente. Isso requer uma gestão responsável e sustentável da cadeia de fornecimento, incluindo um fluxo claro de informações entre os participantes, com governança transparente em toda a cadeia de fornecimento. Quando a governança de terras e commodities são corrompidas por agentes criminosos, essa transparência é impossível. Portanto, não é de surpreender que "uma onda de compromissos corporativos voluntários que já dura uma década não tenha sido capaz de conter a onda de perda global de florestas."[97]
Campanhas contra a carne bovina	De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, mais de um quarto da terra livre de gelo do mundo está em pastagens extensivas.[98] Muitos ambientalistas defendem a mudança de nossos hábitos alimentares, com base no pressuposto de que essas pastagens existem para atender à demanda por carne. Mas os grupos do crime organizado têm vários incentivos econômicos para converter florestas em pastagens que não têm nada a ver com a produtividade da terra e, portanto, não serão influenciados pelo que está em nossos pratos.[99] Por exemplo, pesquisas na Colômbia mostraram que atores poderosos enriquecidos pelo comércio de drogas adquirem terras rurais para lucrar com a especulação de terras, construir capital político, controlar populações rurais e superar rivais na competição por território. A terra é usada para criação de gado por motivos culturais e para tirar proveito das leis tributárias que tornam a manutenção da terra em pastagens particularmente barata. Sua acumulação e monopolização de terras rurais em pastagens de baixa produtividade foram associadas a aumentos significativos na insegurança alimentar.[100]
Melhoria do monitoramento florestal	Na última década, foram feitos avanços significativos no monitoramento remoto de florestas; agora é possível rastrear a perda de florestas quase em tempo real.[101] Embora isso tenha sido considerado essencial para informar as abordagens internacionais de governança florestal, como os programas de preparação para REDD+, a melhoria da vigilância florestal "ainda não se traduziu em eficácia da governança florestal."[102] Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os dados remotos não conseguem rastrear quem está desmatando as florestas ou por quê. Conectar o monitoramento florestal a uma ação significativa no local exigirá uma melhor integração da política ambiental com a política social, incluindo a política de drogas. No entanto, silos rígidos de políticas têm mantido essas políticas separadas por muito tempo, privando os formuladores de políticas ambientais de oportunidades para entender melhor como a proibição das drogas promove a perda de florestas.[103]

Reforma agrária	As terras agrícolas de primeira qualidade são desproporcionalmente detidas pelo Estado, por corporações transnacionais e por elites com alto patrimônio líquido, e usadas para o agronegócio lucrativo.[104] Reequilibrar os regimes de posse de terra altamente desiguais é essencial para lidar com a desigualdade de terras e permitir que os pequenos agricultores sustentem e expandam os sistemas agroflorestais e outros agroecossistemas diversificados e de alta produtividade.[105] Mas essas reformas sempre serão obstruídas e prejudicadas por agentes ocultos que se apoderam de terras e compram agronegócios para especulação e lavagem de lucros ilegais. Na Guatemala, as parcelas de terra distribuídas aos camponeses pobres foram registradas em um banco de dados do governo, onde foram alvo de famílias enriquecidas pelo tráfico de drogas que se apoderaram dos direitos à terra por meio de coerção e fraude.[106] A corrupção nos sistemas que regulam os mercados de terras e os registros de terras é comum em todo o mundo.[107] Nem todos são corrompidos pelo dinheiro das drogas, mas está claro que, onde os lucros das drogas distorcem e dominam as economias regionais, eles são um dos principais impulsionadores das transferências ilegais de terras.
Fortalecimento das leis e políticas ambientais	69% da conversão agrícola de florestas tropicais entre 2013 e 2019 ocorreu em violação de leis e regulamentos nacionais; no Brasil, esse número sobe para 95%, no México, 97%.[108] A grande maioria dos países com florestas tropicais relata que a governança e a capacidade institucional fracas do setor florestal, incluindo "corrupção e ilegalidade", são os principais fatores de perda florestal.[109] Esse problema central e generalizado não pode ser resolvido por iniciativas anticorrupção ou por mais financiamento para a aplicação da lei – porque essas iniciativas não atingem a principal fonte de corrupção e ilegalidade, que é a imensa riqueza e influência geradas pelo comércio de drogas. Os lucros do comércio de cocaína na América Central, por exemplo, chegam a bilhões de dólares, muito além dos orçamentos das autoridades ambientais ou de outras medidas de fiscalização relacionadas.[110]

SEÇÃO 2

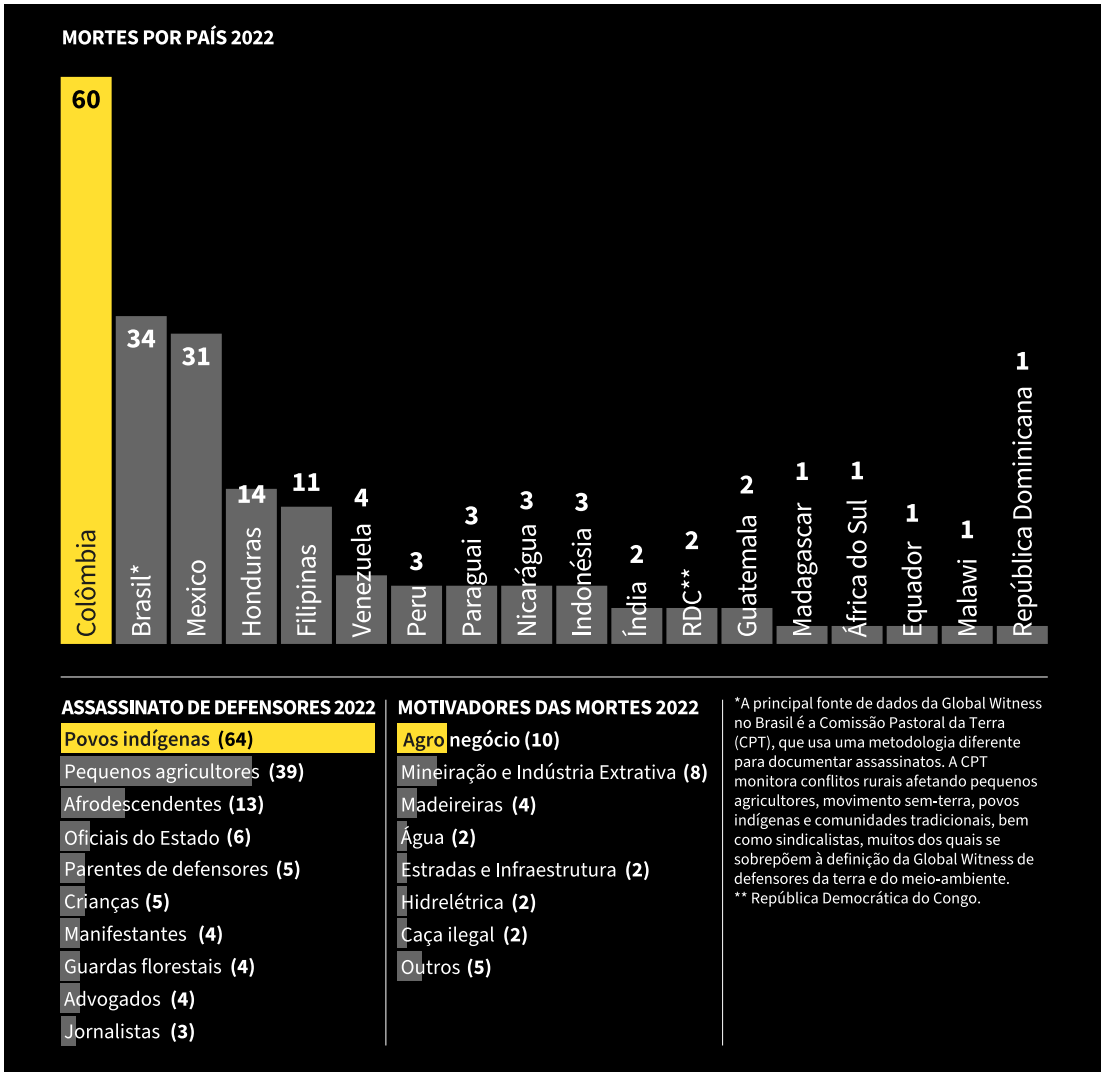
POR QUE O MOVIMENTO AMBIENTAL ESTÁ DEIXANDE DE AGIR (OU MESMO RECONHECER) O PROBLEMA?

Está cada vez mais sendo reconhecido[111] que atores criminosos estão financiando grilagem de terras, desmatamento, tráfico de madeira e de animais silvestres, e uma mineração social e ecologicamente devastadora; e que autoridades em todos os níveis estão frequentemente autorizando e lucrando com essas atividades ilegais. No entanto, essas análises não são suficientes para identificar a raiz dessas atividades criminosas.

Campanhas ousadas e mobilizadoras para acabar com o desmatamento e a mineração ilegal são realizadas em todo o mundo. Apoiar os defensores do meio ambiente e promover os direitos indígenas é uma parte fundamental das estratégias das ONGs ambientais. Apesar dos esforços extraordinários de nossos aliados no movimento verde para mitigar as mudanças climáticas, raramente, se é que alguma vez, é mencionado o sistema que sustenta tantos desses crimes e que conduz tanto dano.

"Dada a emergência climática e as novas violações dos territórios amazônicos, é essencial que o movimento ambiental seja capaz de pensar sobre a questão amazônica de forma interdisciplinar – não limitada ao campo das políticas ambientais discutidas no nicho ambiental, mas discutida de forma mais ampla, considerando os efeitos do tráfico de drogas e outras complexidades sociais e territoriais da Amazônia."

Daniela Dias, Coordenadora de Projeto para o SOS Amazônia e membro da coalização.[112]



© Global Witness

Do Global Witness, "Standing Firm: The Land and Environmental Defenders on the Frontlines of the Climate Crisis", September 13 2023

Apesar das suas próprias evidências avassaladoras sobre o papel desempenhado pelos cartéis de drogas nos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, ONGs como a Global Witness ainda não incluem o crime organizado entre suas estatísticas dos motivadores dessa violência. Nem consideram a proibição em sua análise dos motivadores estruturais. Já podemos começar a ligar esses pontos?

Nos recusar a reconhecer essa ligação leva ao risco de perpetuar os danos, pois obscurece deliberadamente os mais significativos motivadores da violência contra os defensores do meio ambiente, desviando a atenção das áreas que mais precisam de ação urgente.

O Greenpeace declarou a seus seguidores nas redes sociais no verão de 2023: "A Amazônia brasileira ainda está queimando em uma taxa alarmante, apesar da diminuição do desmatamento este ano. Devemos mudar de um modelo econômico baseado na destruição da floresta e na exploração dos recursos naturais para um sistema que valorize a floresta em pé."

Sim, o modelo econômico que perpassa essas florestas é desregulado e disfuncional. Mas precisa ser claramente reconhecido que as políticas de drogas atuais são um dos principais motores dessa disfunção econômica e institucional.

"Os vastos lucros gerados pelo comércio ilegal de drogas fornecem um banco de investimentos para outros crimes ambientais, alimentando a violência e a destruição em ecossistemas frágeis e comunidades vulneráveis em todo o mundo."[113]

Kendra McSweeney, Professora de Geografia, Universidade Estadual de Ohio e membro da coalização

A solução não é uma abordagem militarizada intensificada[114], mas sim a redução progressiva e eventual substituição do sistema de proibição que empodera, enriquece e permite que o crime organizado prospere nesse espaço. Para alcançar isso, é necessária uma colaboração intersetorial muito maior e um compartilhamento de conhecimento entre os atores da sociedade civil.

Reconhecemos que falar sobre drogas, especialmente desafiar o status quo entranhado da proibição, pode ser desconfortável (veja a página 40). Mas esta é uma escolha política. Enquanto os defensores do meio ambiente na América Latina estão sendo assassinados, as comunidades indígenas estão perdendo suas terras para gangues de drogas, e pessoas em inúmeros países estão enfrentando serviços públicos falhos e sem financiamento, o movimento ambiental (predominantemente sediado em países ricos) está falhando em reconhecer,

quanto mais agir, sobre o que foi identificado como um dos motivadores estruturais desse problema. É um desserviço a todos aqueles que trabalham de forma local, nacional e internacional para proteger esses ecossistemas críticos para o clima, não divulgar e expor a influência da proibição das drogas e o motivo pelo qual a sua reconfiguração é urgente, necessária e alcançável.

As causas da violência e da destruição ambiental precisam ser compreendidas antes que possamos projetar e implementar soluções eficazes.

"Reduzir os motores diretos e indiretos do desmatamento e da degradação florestal é fundamental para construir, manter ou melhorar a resiliência das florestas tropicais contra motores climáticos e não-climáticos igualmente."

IPCC Report 2022 "Florestas Tropicais" [115]

Área de floresta tropical com lenha cortada e pronta para levar, Gana

© Robert_Ford

Os mecanismos violentos da guerra às drogas

A experiência de Honduras oferece um excelente exemplo de como a assincronia dentre os esforços de aplicação de leis que visam os 'baixo-níveis' versus 'alto-níveis' permitiu a devastação ambiental.

No meio dos anos 2000, o leste de Honduras começou a receber centenas de remessas de cocaína anualmente (por barco e avião) vindos da América do Sul, servindo como ponto de transbordo para a jornada à América do Norte e à Europa.[116] Em resposta, o governo dos EUA, trabalhando com o exército hondurenho, estabeleceu uma base operacional avançada na Honduras em 2012 como um dissuasor para traficantes. Em questão de meses, uma operação conjunta entre a Agência Antidrogas dos EUA (DEA) e de Honduras envolveu tiros contra suspeitos de tráfico de drogas de um helicóptero dos EUA. Esses 'suspeitos' eram indígenas em uma canoa, e os tiros mataram quatro pessoas, incluindo um menino de 14 anos e uma mulher grávida. Mais tarde, agentes da DEA mataram outros na região.[117]

Essas ações não sucederam em nada para conter o tráfico de drogas. Enquanto os residentes indígenas eram rotineiramente assediados pelas autoridades, os 'peixes grandes' no ecossistema de tráfico de drogas hondurenho permaneciam intocados. Por quase uma década, eles dominaram o leste de Honduras, arrecadando milhões de dólares com o fluxo de drogas e usando-o para financiar uma grande tomada de escritórios estatais,[118] bem como terras indígenas, e iniciaram uma era contínua e trágica de destruição ambiental. O governo hondurenho e a embaixada dos EUA ficaram em silêncio diante dos apelos dos povos indígenas que buscavam reparação contra aqueles que invadiam seus territórios ancestrais.[119] Sem apoio externo, os defensores do meio ambiente foram assediados e mortos.

Enquanto tudo isso acontecia, a comunidade de inteligência dos EUA estava coletando volumes de evidências de que empresários proeminentes de Honduras, políticos, o Chefe de Polícia do país e dois presidentes hondurenhos – e suas famílias – estavam diretamente envolvidos, ou lucrando diretamente, com o tráfico de drogas. Quando parte dessa informação vazou, os EUA defendeu seu apoio a esse regime, flagrantemente corrupto, com o argumento de que Honduras era um aliado valorizado na 'guerra às drogas'.[120]

Foi apenas a partir de 2015 que os EUA começaram a mobilizar sua inteligência acumulada para extraditar e acusar traficantes conhecidos, e usar seus depoimentos para construir lentamente casos contra seus superiores. Desde 2023, o ex-Presidente hondurenho Juan Orlando Hernández, está preso aguardando julgamento por acusações de tráfico de drogas no Distrito Sul de Nova York. As revelações associadas ao seu julgamento sugerem que "o envolvimento de atores estatais no tráfico de drogas na Honduras vai muito além de uma proteção, e evoluiu para uma poderosa rede de atores públicos, privados e criminosos, que conseguiram capturar as funções soberanas básicas do estado com o objetivo de proteger e promover seus próprios interesses privados".[121]

Enquanto os EUA estavam lentamente construindo um caso contra os 'peixes grandes', foi permitido que os 'peixes pequenos' fossem demonizados, aterrorizados e mortos. Deu aos criminosos mais ricos anos de liberdade para agarrar as terras e recursos do país para ganho pessoal. Mesmo que finalmente estejam sendo levados à justiça, o estrago está feito.

Nas comunidades indígenas do leste de Honduras, o custo da guerra às drogas dos EUA, com suas duas vertentes rápida/lenta, é sentido na perda de florestas e terras ancestrais, e na devastação dos meios de subsistência e modos de vida nativa.[122]

"Se você tem câncer e, ao primeiro sintoma, busca tratamento, talvez possa ser curado", disse Rommel Sánchez, presidente da Federação Indígena Tawahka de Honduras. "Agora, o câncer está em estágio avançado demais", ele disse. "A vida já está se esgotando."[123]

© Kendra McSweeney

Comunidades Indígenas Miskitu e Tawahka ao longo do rio Patuca no leste de Honduras

Abordando as barreiras para falar sobre drogas

Reconhecemos que falar sobre drogas e todas as opções de reforma das leis de drogas pode parecer desconhecido e desconfortável. Aqui, nosso objetivo é abordar alguns dos desafios e equívocos sobre a reforma da política de drogas.

Falar sobre drogas é desconfortável e constrangedor.

Você não está sozinho. Um dos aspectos mais persistentes e prejudiciais da proibição é alimentar o estigma e demonizar aqueles que estão de alguma forma envolvidos nos mercados de drogas – como produtores, comerciantes ou consumidores. Esse estigma pode vazar para a arena política, afastando organizações que, de outra forma, deveriam estar falando abertamente sobre os danos da resposta global a esses mercados – a 'guerra às drogas' – incluindo seus sérios danos à saúde pública, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Isso parece mais uma questão racial do que ambiental.

Na verdade, é uma coisa só. A 'guerra às drogas' sempre foi uma guerra racializada.[124] Reformar a proibição global de drogas, portanto, está intimamente alinhado com a justiça climática, que está enraizada no antirracismo e em garantir que as soluções para a crise climática criem uma sociedade mais justa para todos, especialmente para comunidades marginalizadas.[125] A proibição de drogas é a ponta da faca do racismo institucional e, portanto, incompatível com a justiça climática. A justiça climática requer colaboração entre grupos, incluindo a defesa de questões percebidas como fora de sua 'competência' em solidariedade.[126] Considerando a maneira como a proibição de drogas prejudica comunidades e mina o progresso ambiental detalhado neste relatório, fica claro como a reforma da política de drogas é uma parte essencial do trabalho ambiental e antirracista.

© labuda

Não é a demanda por drogas o verdadeiro problema?

As pessoas sempre usaram drogas – inclusive drogas arriscadas porém legalmente regulamentadas, como o tabaco. Embora haja, é claro, desafios de saúde e sociais muito reais relacionados ao uso de drogas legais e ilegais, o problema-chave aqui não é que as drogas estejam sendo produzidas, comercializadas ou usadas, é que a produção, o fornecimento e o uso de certas drogas são criminalizadas globalmente. Ao invés de erradicar o uso de drogas ilegais ou os mercados de drogas, a aplicação da lei sobre drogas apenas torna essas atividades clandestinas.

O foco não deveria ser nos governos corruptos que permitem a destruição ambiental?

É importante identificar e denunciar a corrupção, mas é ainda mais importante identificar e visar seus principais fatores estruturais, especificamente o quanto a corrupção é possibilitada e financiada pelos bilhões de dólares gerados para grupos de crime organizado pela proibição e pelo comércio ilegal de drogas que ela permite.

As corporações não são a verdadeira ameaça?

Muita devastação ambiental pode ser atribuída ao agronegócio, mineração e desenvolvimento de infraestrutura corporativas legais. Nas fronteiras tropicais do mundo, no entanto, pode ser virtualmente impossível distinguir entre negócios legítimos e ilegais: terras tomadas por atores criminosos podem ser adquiridas, indiretamente, por corporações; capital ilícito pode ser lavado por meio de empresas legais. Responsabilizar as corporações ambientalmente, portanto, deve incluir esclarecer as muitas maneiras pelas quais elas são subsidiadas e habilitadas pelo comércio ilegal de drogas.

SEÇÃO 3

AS OPORTUNIDADES (E RISCOS) DAS REFORMAS

"Se quisermos proteger a natureza, precisamos regulamentar as economias que passam por essas paisagens. Em nossas regiões mais ecologicamente frágeis, isso significa enfrentar as economias ilegais de drogas – que a 'guerra às drogas' não só falhou em eliminar, mas realmente criou, sustentou e causou situações ainda mais prejudiciais. Enquanto reparações climáticas do Norte Global devem incluir apoio financeiro, elas também devem incluir a revogação do legado colonial da guerra às drogas para garantir que a restauração e a cura possam ocorrer."

Clemmie James, Oficial Sênior de Políticas e Campanhas, Health Poverty Action e membro da coalização.

Cannabis secando ao sol, Jamaica

© Cannabis Pictures

Nos últimos anos, houve um consenso crescente reconhecendo as falhas históricas da proibição, juntamente com mudanças significativas em direção a um novo paradigma de política de drogas fundamentado nos princípios de saúde pública, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Aconteceram mudanças significativas em direção a um pensamento pragmático de saúde pública (com 105 países agora incluindo a redução de danos em suas políticas nacionais) e o fim da criminalização de pessoas que usam drogas (com 30 países, ou 51 jurisdições, adotando alguma forma de descriminalização).[127]

Mais recentemente, essa situação se w, e mais rapidamente, com um número crescente de vozes articulando pensamentos alternativos. Um número crescente de ONGs, Estados-Membros[128] e até mesmo escritórios dentro da própria ONU estão pedindo por 'mudanças transformadoras' e um 'fim à guerra às drogas'.[129] Em 20 de setembro de 2023, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos se tornou a primeira agência da ONU a recomendar aos Estados-Membros que considerem a regulamentação legal das drogas para proteger a saúde pública e os direitos humanos.[130]

"Adotar alternativas à criminalização, 'tolerância zero' e eliminação das drogas, considerando a descriminalização do uso; e assumir o controle dos mercados ilegais de drogas por meio de uma regulamentação responsável, para eliminar os lucros do tráfico ilegal, da criminalidade e da violência... Considerar o desenvolvimento de um sistema regulatório para o acesso legal a todas as substâncias controladas." [131]

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) Conselho de Direitos Humanos Quinquagésima-quarta sessão 11 de setembro a 6 de outubro de 2023.

É crucial notar que esses debates não são mais puramente teóricos, com transições de mercados ilegais de drogas não regulamentados para mercados legais regulamentados em processo em várias jurisdições em todos os continentes. A legalização e regulamentação da cannabis não medicinal

têm estado na vanguarda dessas reformas. Apesar de ser inconcebível em períodos relativamente recentes da história, a última década tem presenciado a implementação da regulação da cannabis não medicinal (ou em processo de implementação) em várias formas em todo o mundo, incluindo; 22 estados dos EUA (com projetos de reforma federal atualmente no Congresso e no Senado), Canadá, México, Uruguai, Luxemburgo, Malta, Suíça, Holanda, África do Sul, Alemanha, República Tcheca, África do Sul, Tailândia e vários estados do Caribe. Mais de meio bilhão de pessoas em breve estarão vivendo em jurisdições onde a cannabis é legal.

A regulamentação legal de drogas além da cannabis também é hoje uma realidade, com um mercado legal de folha de coca estabelecido na Bolívia, e um projeto de lei propondo um mercado legal de coca e cocaína em debate no Senado colombiano, reformas que permitem o acesso a plantas psicodélicas sendo implementadas nos estados de Colorado e Oregon, e a Holanda explorando opções para o acesso regulamentado ao MDMA/ecstasy.

A transição para mercados de drogas regulamentados, sem dúvida, levanta questões difíceis. Mas a realidade da demanda resiliente por drogas deve ser a base de qualquer discussão racional; ou regulamentamos responsavelmente os mercados de drogas ou continuamos com as falhas evidentes da proibição e a abdicação do controle para grupos de crime organizado destrutivos. Não há uma terceira opção em que isso possa magicamente desaparecer, ou que a 'guerra às drogas' de alguma forma saia vitoriosa.

"A última coisa que precisamos é de mais militarização desta região. Enviar o exército para combater os cartéis na Amazônia só aumentaria a violência – e esses comandantes logo se tornariam corruptos e parte do próprio comércio."

Daniella Dias, Coordenadora de Projeto na SOS Amazônia e membro da coalização

Há uma necessidade de definir claramente prioridades e estruturas de valoração em termos de saúde pública, redução da criminalidade, justiça social[132] e desenvolvimento sustentável[133]; para continuar o progresso em passos cautelosos e incrementais; para envolver uma ampla gama de especialistas

Manifestação Levante das Comunidades, Não Mais Guerra às Drogas, EUA

© UDRP photos

e partes interessadas, incluindo as comunidades afetadas; e para aprender lições dos sucessos e fracassos da regulação do álcool, tabaco, cannabis legal e produtos farmacêuticos.

A regulamentação não é uma solução milagrosa, mas bem projetada, a regulamentação legal poderia ser transformadora.[134] Ela pode permitir que os países reduzam os danos desse comércio às pessoas e ao planeta, além de gerar uma renda pública muito necessária para a educação e a saúde por meio de impostos.[135] A regulamentação responsável do comércio complementaria os objetivos de desenvolvimento sustentável[136] e funcionaria em conjunto com a agricultura regenerativa e a transição mais ampla para um futuro mais verde.

No entanto, se mal elaborada, sem a influência dos movimentos de justiça ambiental e social neste momento crítico de oportunidade no limiar de uma mudança de paradigma global, há um risco profundo de que as iniquidades da proibição sejam recriadas sob novos disfarces. E que padrões de super comercialização, captura corporativa e monopolização de mercado definam os processos de reforma.[137] Preocupações levantadas por produtores de drogas de pequena escala incluem a perda dos benefícios financeiros da proibição e de serem excluídos pelos grandes negócios. Outros produtores veem múltiplos aspectos positivos na regulamentação – incluindo o fato de que, para muitos, essas 'plantas proibidas' têm sido usadas como remédio e em cerimônias e práticas culturais/religiosas por milênios. Por todos esses motivos, qualquer discussão sobre a reforma da política de drogas deve priorizar seu envolvimento desde o início.[138]

"Fomos levados a acreditar que a emergência climática é culpa dos desmatadores e de redes criminosas obscuras (e isso pode ser em parte verdade); e que o problema das drogas é culpa dos 'narcos' e 'viciados' sem critério ou força de vontade. Mas o problema é mais complexo. As raízes dessas crises ambientais associadas à 'guerra às drogas' estão nas estruturas do capital, do poder patriarcal e da financeirização."

Dr. Diego Andrés Lugo, ativista dos direitos indígenas e camponeses e membro da coalização.

Exemplos positivos de políticas de drogas estão surgindo em que aqueles prejudicados pela proibição desempenham um papel fundamental no design dessas reformas. Uma liderança forte das comunidades impactadas no estado de Nova York resultou no estado[139] projetando uma nova estrutura de regulamentação da cannabis para promover equidade e reconciliação, garantindo que 40% da receita tributária seja reinvestida nas comunidades impactadas desproporcionalmente pela criminalização anterior, 40% na educação e 20% em serviços de tratamento de abuso de substâncias e saúde mental.[140]

No Caribe, o Grupo de Trabalho Comércio Justo da Cannabis foi formado em 2019 diante das reformas em andamento nos mercados e leis de cannabis em diversos países da região e além. Reunindo cultivadores tradicionais de cannabis, reguladores, formuladores de políticas, organizações da sociedade civil e acadêmicos, o Grupo de Trabalho advoga por um modelo inclusivo que permite que pequenos e tradicionais cultivadores de cannabis possam moldar e se beneficiar do emergente mercado lícito de cannabis.[141]

Este ano, 2023, o governo da Bolívia lançou oficialmente uma iniciativa com o objetivo de acabar com a proibição internacional da folha de coca. Isso envolverá a Organização Mundial da Saúde realizar uma revisão da folha de coca e a possibilidade de reclassificá-la, removendo-a da lista de plantas proibidas – pendente de uma potencial votação sobre isso na Comissão de Narcóticos das Nações Unidas.[142]

A Colômbia, considerada a 'linha de frente da proibição'[143] apenas alguns anos atrás, fez algumas das movimentações mais ousadas até agora. O primeiro Projeto

Produtores tradicionais de coca em uma feira, Bolívia

de Lei de Regulamentação da Cocaína do mundo, apresentado pelos senadores Iván Marulanda do Partido Verde e Feliciano Valencia do partido indígena MAIS, chegou a ter sua quarta leitura no Senado colombiano. A Comissão da Verdade da Colômbia[144] publicou seu relatório final em junho de 2022 e instou o novo governo a regular legalmente as drogas[145] para acabar com a violência e garantir a paz.

"O que é mais venenoso para a humanidade, a cocaína, o carvão ou o petróleo? A opinião do poder tem ordenado que a cocaína é veneno e deve ser perseguida, enquanto ela causa apenas mortes mínimas por overdose... mas, em vez disso, o carvão e o petróleo devem ser protegidos, mesmo quando podem extinguir toda a humanidade... Ao esconder a verdade, eles só verão a floresta tropical e as democracias morrerem. A guerra às drogas falhou."

Presidente Petro da Colômbia, dirigindo-se à Assembleia Geral da ONU em 2022.[146]

SEÇÃO 4

ABRAÇANDO A REFORMA DA POLÍTICA DE DROGAS COMO UM CAMINHO PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA

"Precisamos abraçar as oportunidades que estão surgindo para influenciar as reformas em todo o mundo. Para isso, precisamos que nossos movimentos se unam. Ignorar isso seria uma grande oportunidade perdida para todos que se preocupam com o nosso planeta."

Clemmie James, Diretora Sênior de Políticas e Campanhas, Health Poverty Action e membro da Coalização

A realização da justiça climática requer uma "transição justa", afastando-se dos sistemas extrativistas de produção, consumo e opressão política, em direção a economias resilientes, regenerativas e equitativas. Isso não pode acontecer enquanto os esforços de reforma ambiental se concentrarem exclusivamente em um sistema – o sistema econômico legal e, muitas vezes, corporativo. Enquanto isso, as economias paralelas violentas, desestabilizadoras e extrativistas continuam a operar impunemente, sob o radar do movimento de justiça ambiental. Essas economias não apenas remodelam as paisagens físicas, mas também impedem e dificultam a governança política necessária para realizar as ousadas mudanças políticas necessárias para enfrentar a emergência climática.

Neste momento, reformas na política de drogas estão em andamento em todo o mundo. Isso abre uma oportunidade única de moldar uma estrutura legal sem precedentes que reconfigura um dos principais comércios ilegais do mundo, fazendo com que ele trabalhe a favor da justiça ambiental e não contra ela. Do outro lado da moeda, para que as iniciativas de regulamentação climática funcionem, é necessária uma regulamentação eficaz e responsável das drogas,

especialmente em regiões que são fundamentais para o nosso futuro climático coletivo. Alcançar os objetivos da reforma da política de drogas e dos movimentos ambientais requer solidariedade e apoio mútuos.

A alternativa: reformas no setor de drogas cooptadas por grandes corporações e elites poderosas que reproduzem os danos da proibição,[147] enquanto as iniciativas climáticas fracassam, perdendo a oportunidade de evitar a catástrofe climática, porque ignoraram uma de suas causas subjacentes.

A reforma da política de drogas não é apenas relevante para a causa da justiça climática, mas uma parte essencial da solução. Chegou a hora de o movimento ambientalista incluir a reforma da política de drogas em sua agenda para garantir a justiça climática.

Produtor tradicional de folha de coca, Peru

© Frank Huaman Cartagena

Recomendações para o movimento ambientalista[148]

Reconheça o problema

Compartilhe este relatório com suas redes. Saiba mais sobre a política de drogas e os impactos das atuais políticas de drogas sobre os direitos humanos, a saúde pública, o desenvolvimento sustentável, as comunidades indígenas e o meio ambiente.

Inicie um diálogo honesto...

em sua organização e com outros grupos aliados, sem medo ou estigma, sobre as ligações entre a atual política de drogas e a justiça ambiental e climática. Facilite a entrada de seus colegas nesse assunto, identificando onde seu trabalho se cruza com os temas deste relatório. Como as pessoas com quem você trabalha, bem como os locais que buscam proteger, podem estar em risco devido às atuais políticas de drogas?

Convide ativistas e defensores da reforma da política de drogas para o espaço ambiental

Essa é uma oportunidade de aprendizado mútuo e capacitação entre nossos dois movimentos. Precisamos do seu apoio para levar a reforma da política de drogas aos espaços de conferências internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Precisamos que a reforma da política de drogas seja introduzida nas organizações de base. Convide-nos para suas reuniões, conferências e eventos.[149]

© Maris Maskalans

Integre a reforma da política de drogas à agenda climática

Junte-se à Coalização Internacional para a Reforma da Política de Drogas e Justiça Ambiental para fortalecer a aliança entre nossos dois movimentos. Comece a incluir narrativas acerca da proibição como um agente da destruição ambiental e uma barreira para a tão necessária mitigação e adaptação climática em seus trabalhos e análises. Trabalhe para denunciar a proibição; ao fazer isso, você estará reduzindo parte do risco e compartilhando parte do trabalho que geralmente é deixado para os defensores do meio ambiente.

Faça parte do desenvolvimento de novos sistemas legais de regulamentação de drogas...

para complementar as ações em andamento sobre o meio ambiente e a justiça climática. Precisamos de sua experiência para garantir que todas as novas reformas nesse comércio protejam as comunidades indígenas e a natureza e estejam alinhadas com práticas agrícolas sustentáveis. Não podemos reformar esse comércio global de vários bilhões de dólares sem a sua experiência. Precisamos de solidariedade.

RECURSOS

Uma Introdução à Reforma da Política de Drogas que Apoia os Direitos Humanos, a Saúde Pública, o Desenvolvimento Sustentável e a Justiça Ambiental

1. **The Global Commission on Drug Policy** (Comissão Global de Políticas sobre Drogas), Regulação – O Controle de Drogas Responsável[150]

2. **PNUD,** Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Política de Drogas[151]

3. **Conselho de Chefes Executivos da ONU (CCE), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC),** Posição Comum do Sistema das Nações Unidas Em Apoio à Implementação da Política Internacional de Controle de Drogas por meio de Colaboração Interagencial Eficaz[152]

4. **Transnational Institute** (Instituto Transnacional), Opções de Comércio Justo(er) para o Mercado de Cannabis e Plantas Proibidas – Justiça Ambiental na Política de Drogas[153] (em inglês e espanhol)

5. **International Drug Policy Consortium** (Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas), Princípios para a Regulamentação Legal Responsável da Cannabis[154] (em inglês)

6. **Health Poverty Action,** Regulamentar Legalmente as Drogas sob uma Perspectiva de Justiça Social[155] (em inglês)

7. **Release,** Regulamentando Certo, Reparando os Erros – Regulamentação da Cannabis[156] (em inglês)

8. **Transform Drug Policy Foundation,** Após a Guerra contra as Drogas: Roteiro para a Regulamentação[157] (em inglês) e Como Regulamentar Estimulantes: Um Guia Prático[158] (em inglês e espanhol)

9. **Drug Policy Alliance,** Kit de Ferramentas para Proteger Nossas Comunidades[159] (em inglês e espanhol)

10. **Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)** – Relatório sobre os Desafios de Direitos Humanos na Abordagem e Combate a Todos os Aspectos do Problema Mundial das Drogas[160] (em inglês)

ENDNOTES

1 World Resources Institute, Global Forest Review, "Forest Pulse: The Latest on the World's Forests", https://research.wri.org/gfr/latest-analysis-deforestation-trends.

2 World Resource Institute, "Forest Pulse".

3 Jean Pierre Ometto et al., "Tropical Forests," Climate Change 2022 – *Impacts, Adaptation and Vulnerability*, 2023, 2369–2410, https://doi.org/10.1017/9781009325844.024.

4 Nancy Harris and Michael Wolosin, "Ending Tropical Deforestation: Tropical Forests and Climate Change: The Latest Science," World Resources Institute, March 6, 2020, https://www.wri.org/research/ending-tropical-deforestation-tropical-forests-and-climate-change-latest-science.

5 Ver, e.g., UNODC, "The Nexus between Drugs and Crimes That Affect the Environment and Convergent Crime in the Amazon Basin", https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf. Ver também, Europol, "Environmental Crime" https://www.europol.europa.eu/crime-areas-and-statistics/crime-areas/environmental-crime, e Steven Broad, "A Moving Target: Organized Crime and the Illegal Wildlife Trade," Global Initiative, March 14, 2022, https://globalinitiative.net/analysis/illegal-wildlife-trade-ocindex.

6 Este relatório não abrange todos os aspectos dessa questão complexa e provavelmente será o primeiro de vários relatórios.

7 Latin American Commission on Drugs and Democracy, "Drugs and Democracy: Toward a Paradigm Shift," www.opensocietyfoundations.org (Open Society Foundation, February 2009), https://www.opensocietyfoundations.org/publications/drugs-and-democracy-toward-paradigm-shift#publications_download

8 Kendra McSweeney, "The Impact of Drug Policy on the Environment," Open Society Foundations, 2015, https://www.opensocietyfoundations.org/publications/impact-drug-policy-environment.

9 Definimos florestas tropicais de acordo com Ometto et al. (2022), incluindo floresta tropical, floresta tropical úmida, floresta tropical seca e sistemas de montanhas tropicais. Também incluímos manguezais.

10 Ometto et al, "Tropical Forests" 2374.

11 Ometto et al, "Tropical Forests", 2371.

12 "Illicit Harvest, Complicit Goods," Forest Trends, May 18, 2021, https://www.forest-trends.org/publications/illicit-harvest-complicit-goods/.

13 Aqui nos concentramos nas áreas em que eles são mais visíveis e onde têm o maior impacto sobre a biodiversidade, meios de subsistência rurais e potenciais de sequestro de carbono - os trópicos e semitrópicos.

14 O cultivo de coca na Bolívia ocorre em parques nacionais. O cultivo ilegal de cannabis é descrito como uma "ameaça emergente" às florestas atlânticas do Brasil, com 834 hectares destruídos pelas autoridades entre 2015 e 2021. "Illicit Harvest, Complicit Goods." 2021. Forest Trends. May 18, 2021. https://www.forest-trends.org/publications/illicit-harvest-complicit-goods/.

15 Liliana M. Dávalos, Adriana C. Bejarano, e H. Leonardo Correa, "Disabusing Cocaine: Pervasive Myths and Enduring Realities of a Globalised Commodity," *International Journal of Drug Policy* 20, no. 5 (2009): 381–86, https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2008.08.007. Ver também: Alexander Rincón-Ruiz e Giorgos Kallis, "Caught in the Middle, Colombia's War on Drugs and Its Effects on Forest and People," *Geoforum* 46 (2013): 60–78, https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.12.009.

16 Julia Buxton, Drugs and Development: *The Great Disconnect* (Swansea, UK: Global Drug Policy Observatory, 2015).

17 77 milhões de hectares de florestas tropicais foram convertidos entre 2013 e 2019 para a produção de commodities legais

18 Juliet Lu, Laura Dev, and Margiana Petersen-Rockney, "Criminalized Crops: Environmentally-Justified Illicit Crop Interventions and the Cyclical Marginalization of Smallholders," *Political Geography* 99 (2022): 102781, https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102781.

19 Peter Reuter, *The Mobility of Drug Trafficking* (London, UK: LSE, 2014).

20 Juliet Lu, Laura Dev, and Margiana Petersen-Rockney, "Criminalized Crops: Environmentally-Justified Illicit Crop Interventions and the Cyclical Marginalization of Smallholders," *Political Geography* 99 (2022): 102781, https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102781.

21 Ver, por exemplo, a indústria legal de papoula do ópio da Tasmania (https://nre.tas.gov.au/agriculture/plant-industries/tasmanian-poppy-industry), e Bartow J Elmore, *Citizen Coke: The Making of Coca-Cola Capitalism* (New York: W. W. Norton and Company, 2015).

22 Juliet Lu et al, "Criminalised Crops"; Adam Isacson, "Restaring Aerial Fumigation of Colombia Drug Crops is a Mistake", WOLA, April 10, 2019, https://www.wola.org/analysis/restarting-aerial-fumigation-of-drug-crops-in-colombia-is-a-mistake/.

23 "Apesar da literature acadêmica ter provado que as plantações de coca não são o principal motivador direto do desmatamento na Colombia (Erasso and Vélez, 2020; Brombacher, Garzón and Vélez, 2021), as plantações de coca estão avançando em áreas estratégicas de conservação ambiental." Postado por María Alejandra Vélez, "Crop Substitution Challenges in Environmentally Protected Areas in Colombia," GCRF - *Drugs and Disorder*, December 15, 2022, https://drugs-disorder.soas.ac.uk/crop-substitution-challenges-in-environmentally-protected-areas- in-colombia/. Ver também: Rincón-Ruiz, "Caught in the Middle" 60–78.

24 Carlyn Zwarenstein, "How the Drug War Fosters Devastating Land-Grabs," Filter, January 23, 2023, https://filtermag.org/drug-war-environment-land-grabs/.

25 Sai Lone, Conselheiro Senior do Myanmar Opium Farmers' Forum. December 2022. Primeira reunião global sobre Reforma da Política de Drogas e Justiça Ambiental (Drug Policy Reform and Environmental Justice).

26 Adam Isacson, "Crisis and Opportunity: Unravelling Colombia's Collapsing Coca Markets," WOLA.org (WOLA: Advocacy for Human Rights in the Americas, Winter 8, 2023), https://www.wola.org/analysis/crisis-opportunity-unraveling-colombias-collapsing-coca-markets/.

27 A erradicação também costuma garantir a escassez do lado da oferta, o que mantém o preço do cultivo ilícito relativamente alto, estimulando o envolvimento contínuo dos agricultores. (see Tom Kramerm, "Bouncing Back: Relapse in the Golden Triangle." Colombia Coca Cultivation Report, 2014).

28 Sylvia Kay, "Prohibited Plants," Transnational Institute, June 28, 2022, https://www.tni.org/en/publication/prohibited-plants.

29 Transnational Institute, "Bouncing Back, Relapse in the Golden Triangle: Conflict, Crime and Corruption," 2014, https://www.tni.org/files/download/tni-2014-bouncingback-conflictcrimecorruption.pdf.

30 UNODC, *Global Report on Cocaine - Local dynamics, global challenges*, United Nations Publications, 2023. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf

31 Jennifer A. Devine et al., "Narco cattle Ranching in Political Forests," *Antipode* 52, no. 4 (2018): 1018–38, https://doi.org/10.1111/anti.12469.

32 Luke Taylor, "Cattle, Not Coca, Drive Deforestation of the Amazon in Colombia – Report", *The Guardian*, February 19, 2023, https://www.theguardian.com/environment/2023/feb/19/colombia-cattle-ranching-coca-amazon-deforestation; Jennifer A. Devine et al., "Drug Trafficking, Cattle Ranching and Land Use and Land Cover Change in Guatemala's Maya Biosphere Reserve," Land Use Policy 95 (June 2020): 104578, https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104578; Anna Beatriz Anjos et al., "Brazil Cattle Linked to Accused Drug Trafficker Sold to Major Companies," InSight Crime, August 17, 2021, https://insightcrime.org/news/brazil-cattle-linked-drug-trafficker-sold-to-major-companies/. Ver também: Jennifer A. Devine et al., "Narco-Degradation: Cocaine Trafficking's Environmental Impacts in Central America's Protected Areas," *World Development* 144 (2021): 105474, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105474.

33 Kendra McSweeney et al., "Why do Narcos Invest in Rural Land?" *Journal of Latin American Geography* 16, no. 2 (2017): 3–29. http://www.jstor.org/stable/44861329.

34 OAS, *The Drug Problem in the Americas*. Washington, DC: General Secretariat, Organization of American States, 2013.

35 Columba Gonzalez-Duarte, "Butterflies, Organized Crime, and 'Sad Trees': A Critique of the Monarch Butterfly Biosphere Reserve Program in a Context of Rural Violence," *World Development* 142 (2021): 105420, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105420.

36 Philip Keefer, Norman V. Loayza, and Rodrigo R. Soares, "The Development Impact of the Illegality of Drug Trade," *Policy Research Working Papers*, 2008, https://doi.org/10.1596/1813-9450-4543. Ver também: "Seeds Series on Drug Prohibition and Climate Change: Neil Woods, Corruption and Potential Actions 2/12," YouTube, November 2, 2021, https://www.youtube.com/watch?v=khwB9Tv94G; ver também Dawn Paley, *Drug War Capitalism* (Edinburgh: AK Press, 2015).

37 Carlos Villalon, "The Darien Gap", photoessay, http://villalonsantamaria.com/project/darien-gap/.

38 ibid.

39 Colectivo Darién, "Trafficking as Settler Colonialism in Eastern Panama: Linking the Americas via Illicit Commerce, Clientelism, and Land Cover Change," *World Development* 145 (2021): 105490, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105490.

40 Rodrigo Chagas Professor de Sociologia da Universidade Federal de Roraima e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

41 Raphael Moro Martins, "Narco-Miners Challenge Government in Yanomami Territory," *Sumauma*, May 16, 2023, https://sumauma.com/en/narcogarimpo-desafia-o-governo-no-territorio-yanomami/.

42 Allan Abreu, *Cocaina: a rota caipira*, (Rio de Janeiro: Record, 2017).

43 Emily Costa Chagas Mariana Rios, Rodrigo, "For Young Venezuelan Migrants in Brazil, Drugs, Gold and Early Death," *InfoAmazonia*, August 22, 2023, https://infoamazonia.org/en/2023/08/22/for-young-venezuelan-migrants-in-brazil-drugs-gold-and-early-death/.

44 Arquivo Nacional, *Movimento Ação pela Cidadania e a questão Ianomami: denúncia contra o Brasil no exterior*, (Fundo SNI, 1990).

45 Polìcia Federal, "Operação Narcos Gold combate lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas no Pará, (October 31, 2021), https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/11/operacao-narcos-gold-combate-lavagem-de-dinheiro-oriundo-do-trafico-de-drogas-no-para.

46 Giselle V. Benites and Alejandra V. Ubillus, "Changes in artisanal and small-scale mining value chain in Madre de Dios: Challenges for responsible sourcing and forest-based livelihood diversification", *Centre for Mining and Sustainability Studies*, Pacifico University, 2023.

47 Benites and Ubillus "Changes in mining".

48 Delsy Loyola, "Informes Sobre Drogas Confirman Expansión de Cultivos Ilegales de Hoja de Coca En Amazonía," Ojo Público, June 28, 2023, https://ojo-publico.com/sala-del-poder/crimen-organizado/cultivos-ilegales-hoja-coca-se-expandieron-la-amazonia

49 Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GIATOC), "Organized Crime and Illegally Mined Gold in Latin America", Geneva: Switzerland, 2016. https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2016/03/Organized-Crime-and-Illegally-Mined-Gold-in-Latin-America.pdf

50 Josè Gutiérrez, Estefanìa Ciro, "Tillyian process without a Tillyian effect: Criminalised economies and state-building in the Colombian conflict" *Journal of Political Power*, 15(1), 29-55, 2022; and Angelika Rettberg and Juan Felipe Ortiz-Riomalo, "Golden opportunity, or a new twist on the resource–conflict relationship: Links between the drug trade and illegal gold mining in Colombia". *World Development*, 84, 82-96, 2016.

51 GIATOC, "Organized Crime".

52 Benites and Ubillus "Changes in mining"; Gisselle Vila Benites and Anthony Bebbington, "Political Settlements and the Governance of Covid-19: Mining, Risk, and Territorial Control in Peru," Journal of *Latin American Geography* 19, no. 3 (2020): 215–23, https://doi.org/10.1353/lag.2020.0081.

53 Benites and Ubillus "Changes in mining".

54 "How Drugs Are Destroying the Amazon," Foreign Policy, August 6, 2023, https://foreignpolicy.com/2023/08/06/amazon-drugs-coca-cocaine-deforestation-environment-biodiversity-climate-change-criminal-brazil-peru-colombia-bolivia-lula-logging/

55 Land and Environmental Defenders: Annual Report Archive," Global Witness, https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/land-and-environmental-defenders-annual-report-archive/.

56 Global Witness, "Standing Firm: The Land and Environmental Defenders on the Frontlines of the Climate Crisis", Global Witness, September 13 2023, https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/

57 Comision Mexicana de Defensa y Promocion de los Derechos Humanos, "Human Rights and the War on Drugs in Mexico", May 2015 https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/HRBodies/HRCouncil/DrugProblem/NHRIMexico.pdf; and Katie Jones, "Organized Crime and the Environment in Latin America: A Fatal Encounter", Insight Crime, March 2021, https://insightcrime.org/news/organized-crime-environment-latin-america-fatal-encounter/

58 Jorge Núñez, "In Ecuador, a Presidential Candidate Was Assassinated. the Tragedy Is That No One Was Surprised" *The Guardian*, August 11, 2023, https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/aug/11/ecuador-presidential-candidate-killing-violence-drugs.

59 Al Jazeera, "Brazilian Police Identify Alleged Mastermind in Amazon Murders," Crime News, January 24, 2023, https://www.aljazeera.com/news/2023/1/24/brazilian-police-identify-alleged-mastermind-in-amazon-murders.

60 Tom Philipps, "Police Losing Narco War in Deadly Amazon Region Where Duo Disappeared," *The Guardian*, June 16, 2022, https://www.theguardian.com/world/2022/jun/16/amazon-brazil-peru-narcos-drug-cartels-police.

61 Global Witness, "Standing Firm: The Land and Environmental Defenders on the Frontlines of the Climate Crisis", Global Witness, September 13 2023, https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/.

62 UNODC, "UNODC Report: East and Southeast Asian Synthetic Drug Supply Remains at Extreme Levels and Diversifies," *United Nations : UNODC Regional Office for Southeast Asia and the Pacific* (Bangkok: UNODC, June 2, 2023), https://www.unodc.org/roseap/uploads/documents/Publications/2023/Synthetic_Drugs_in_East_and_Southeast_Asia_2023.pdf

63 Joshua Berlinger, "Asia's Meth Boom," CNN, November 3, 2018, https://edition.cnn.com/2018/11/02/asia/asia-methamphetamine-golden-triangle-intl/index.html.

64 United Nations High Commissioner for Human Rights, "Forty-Fourth Session Agenda Item 2 Annual Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and Reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General Situation of Human Rights in the Philippines Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights" 2020, https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/PH/Philippines-HRC44-AEV.pdf.

65 "Casualties of War - Health Poverty Action," Health Poverty Action, February 2015, https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2018/12/Casualties-of-war-report-web.pdf.

66 Lucia Bird, "Cocaine Politics in West Africa Guinea-Bissau's Protection Networks," 2022, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2022/07/GITOC-WEA-Obs-Cocaine-politics-in-West-Africa-Guinea-Bissaus-protection-networks.pdf.

67 Staff and Agencies in New York, "Ex-Honduran Leader Seeks to Subpoena Biden, Trump and Obama in Drugs Case," *The Guardian*, May 10, 2022, sec. World news, https://www.theguardian.com/world/2022/may/10/juan-orlando-hernandez-drugs-biden-trump-obama-subpoen.

68 UNODC, "United Nations Convention Against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances", p.14, 1988, https://www.unodc.org/pdf/convention_1988_en.pdf.

69 Cristopher J. Coyne and Abigail Hall, "Four Decades and Counting: The Continued Failure of the War on Drugs, *Cato Institute Policy Analysis*, n.811, (2017), https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2979445; Deborah Yashar, *Homicidal Ecologies: Illicit Economies and Complicit States in Latin America* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018); Ver também: Guadalupe Correa-Cabrera, *Los Zetas: Criminal Corporations, Energy, and Civil War in Mexico* (Austin: Texas University Press: 2017).

70 Gabriel De Santis Feltran et al., "Atlantic Connections: The PCC and the Brazil-West Africa Cocaine Trade," (Geneva: Global Initiative Against Transnational Organised Crime, August 2023), https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2023/08/Gabriel-Feltran-Isabela-Vianna-Pinho-and-Lucia-Bird-Atlantic-connections-The-PCC-and-the-Brazil%E2%80%93West-Africa-cocaine-trade-GI-TOC-August-2022.pdf.

71 Neil Woods, LEAP-UK, ex policial à paisana.

72 Xiaobo Su, "Fragmented Sovereignty and the Geopolitics of Illicit Drugs in Northern Burma," *Political Geography* 63 (2018): 20–30, https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629817301014. Ver também Teo Ballvé, *The frontier effect: State formation and violence in Colombia* (New York: Cornell University Press, 2020).

73 Harry G Levine, "Global Drug Prohibition: Its Uses and Crises," *International Journal of Drug Policy* 14, no. 2 (2003): 145–53, https://doi.org/10.1016/s0955-3959(03)00003-3.

74 Channing Mavrellis, "Transnational Crime and the Developing World," *Global Financial Integrity*, March 27, 2017, https://gfintegrity.org/report/transnational-crime-and-the-developing-world/.

75 Rosalva Aída Hernández Castillo, "Racialized Geographies and the 'War on Drugs': Gender Violence, Militarization, and Criminalization of Indigenous Peoples," *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology* 24, no. 3 (2019): 635–52, https://doi.org/10.1111/jlca.12432; Laura Aileen Sauls, Anthony Dest, and Kendra McSweeney, "Challenging Conventional Wisdom on Illicit Economies and Rural Development in Latin America," *World Development* 158 (2022): 105996, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.105996. Ver também: Alexander Huezo and Gerardo Bazán Orobio, "Corrective Lenses for a Myopic State: Unseeing Coca or Not Unseeing Comunidades Negras in Colombia?," *World Development* 140 (2021): 105265, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105265.

76 Manifesto of Indigenous 'Encuentro de Pastoral de Tierra y Medioambiente Busbun Tignika-Krata,' Honduras, 11 December, 2022.

77 See David Bewley-Taylorm, *The United States and International Drug Control*, 1909-1997 (London: Pinter, 1999), https://cronfa.swan.ac.uk/Record/cronfa33724; Suzanna Reiss, *We Sell Drugs: the Alchemy of U.S. Empire* (Berkeley, CA: U California Press, 2014); and Lisa McGirr, *The War on Alcohol: Prohibition and the Rise of the American State*. (New York: Norton, 2016).

78 Natasha Horsfield, "Punishing Poverty: How the Failed 'War on Drugs' Harms Vulnerable Communities", *Health Poverty Action*, 2018 https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2019/02/Punishing-poverty-research-report-WEB-v5.pdf

79 "UNODC World Drug Report 2023 Warns of Converging Crises as Illicit Drug Markets Continue to Expand," United Nations : Information Service Vienna, June 25, 2023, https://unis.unvienna.org/.

80 "The deforestation of the Upper Guinean forest completed", Earth Resources Observation and Science Centre, May 16, 2023, https://www.usgs.gov/centers/eros/science/deforestation-upper-guinean-forest.

81 "Guinea Deforestation Rates and Statistics: GFW," Global Forest Watch, https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/GIN/?category=undefined.

82 Boris Ngounou, "Guinea: IFC-Funded Bauxite Boom Threatens Humans and Chimpanzees," Afrik 21, September 29, 2019, https://www.afrik21.africa/en/guinea-ifc-funded-bauxite-boom-threatens-humans-and-chimpanzees/.

83 Boris Ngounou, "Guinea: Government Bans Logging to Stop the Bleeding of Forests," Afrik 21, June 18, 2021, https://www.afrik21.africa/en/guinea-government-bans-logging-to-stop-the-bleeding-of-forests/.

84 Agence France Presse, "Guinea Resumes Logging despite Deforestation," Barron's, October 14, 2022, https://www.barrons.com/news/guinea-resumes-logging-despite-deforestation-01665756907;

85 Lucia Bird, "Deep-Rooted Interests - Licensing Illicit Logging in Guinea-Bissau," Global Initiative against Transnational Crime, May 2021, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2021/05/Deep-rooted-interests-Licensing-illicit-logging-in-Guinea-Bissau-GITOC.pdf.

86 "Drug Trafficking as a Security Threat in West Africa," United Nations: Office on Drugs and Crime, October 28, 2008, https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/drug-trafficking-as-a-security-threat-in-west-africa.html.

87 Lucia Bird Ruiz-Benitez De Lugo, "West Africa's Cocaine Corridor: Building a Subregional Response," Global Initiative, July 22, 2022, https://globalinitiative.net/analysis/west-africas-cocaine-corridor/; ver também "Not Just in Transit - United Nations Office on Drugs and Crime," UNODC, June 2014, https://www.unodc.org/documents/ungass2016/Contributions/IO/WACD_report_June_2014_english.pdf.

88 Lucia Bird, "Deep-Rooted Interests".

89 "Revenue from drugs trade $400 billion - '8% of global trade', says United Nations report", *United Nations Press*, 24 June 1997, https://press.un.org/en/1997/19970624.socnar.764.html.

90 Channing May, "Transnational Crime and the Developing World", (Global Financial Integrity, March 2017), https://www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2017/03/Transnational_Crime-final.pdf.

91 Zoe Pearson et al., "Acknowledging Cocaine Capital in Central American Development," *Journal of Illicit Economies and Development* 4, no. 2 (2022): 160, https://doi.org/10.31389/jied.110.

92 Andreas Feldman and Juan Pablo Luna, *Criminal Politics and Botched Development in Contemporary Latin America* (Cambridge, UK: Cambridge Elements, 2023).

93 Ometto et al, "Tropical Forests".

94 Steven E Sesnie et al., "A Spatio-Temporal Analysis of Forest Loss Related to Cocaine Trafficking in Central America," *Environmental Research Letters* 12, no. 5 (2017): 054015, https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa6fff. Ver também: Beth Tellman et al., "Narcotrafficking and Land Control in Guatemala and Honduras," *Journal of Illicit Economies and Development* 3, no. 1 (2021): 132, https://doi.org/10.31389/jied.83.

95 Ometto et al. "Tropical Forests".

96 PRISMA, "Pueblos Indígenas y Comunidades Rurales Defendiendo Derechos Territoriales." El Salvador: PRISMA, 2014. See also: Sierra Garcia, "Where Drug Trafficking and Climate Change Collide," Jstor, March 26, 2021, https://daily.jstor.org/where-drug-trafficking-and-climate-change-collide/.

97 Dummett et al, "Illicit Harvest", 1.

98 "Sustainability Pathways Livestock and Landscapes," FAO, 2012, https://www.fao.org/3/ar591e/ar591e.pdf.

99 Kendra McSweeney et al., "Why do Narcos Invest in Rural Land?" *Journal of Latin American Geography* 16, no. 2 (2017): 3–29. http://www.jstor.org/stable/44861329.

100 Nazih Richani, "The Agrarian Rentier Political Economy: Land Concentration and Food Insecurity in Colombia," *Latin American Research Review* 47, no. 2 (2012): 51–78, https://doi.org/10.1353/lar.2012.0025.

101 "Forest Monitoring, Land Use and Deforestation Trends," Global Forest Watch, n.d., https://www.globalforestwatch.org/.

102 Ometto et al., "Tropical Forests", 2387.

103 Kendra McSweeney, "The Impact of Drug Policy on the Environment," Open Society Foundations, 2015, https://www.opensocietyfoundations.org/publications/impact-drug-policy-environment.

104 Arantxa Guereña, "UNEARTHED: LAND, POWER and INEQUALITY in LATIN AMERICA," ed. Stephanie Burgos (Oxfam International, November 2016), https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf; "For Asia, the Path to Prosperity Starts with Land Reform," *The Economist*, October 12, 2017, https://www.economist.com/asia/2017/10/12/for-asia-the-path-to-prosperity-starts-with-land-reform.

105 La Via Campesina, "Via Campesina English," Via Campesina English, 2013, https://viacampesina.org/en/.

106 Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala, "Impunidad Y Desponjo En Petén: Caso Génesis," April 6, 2016, https://www.cicig.org/casos/impunidad-y-despojo-en-peten-caso-genesis/. Ver também: Darío A. Monterroso, "Narcotráfico Y Control de La Tierra En Guatemala," RARN: Manera de Ver 12, no. 237 (January 31, 2023), https://ipn.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2023/02/Narcotrafico-y-control-de-la-tierra-en-Guatemala.pdf.

107 Dummett et al, "Illicit Harvest".

108 ibid.

109 ibid

110 Zoe Pearson et al., "Acknowledging Cocaine Capital in Central American Development," *Journal of Illicit Economies and Development* 4, no. 2 (2022): 160, https://doi.org/10.31389/jied.110.

111 Ver, e.g., UNODC, "The Nexus between Drugs and Crimes That Affect the Environment and Convergent Crime in the Amazon Basin", https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf. Ver também, Europol, "Environmental Crime" https://www.europol.europa.eu/crime-areas-and-statistics/crime-areas/environmental-crime; e Steven Broad, "A Moving Target: Organized Crime and the Illegal Wildlife Trade," Global Initiative, March 14, 2022, https://globalinitiative.net/analysis/illegal-wildlife-trade-ocindex/.

112 Daniela Dias, SOS Amazonia, August 2023.

113 Kendra McSweeney Professor of Geography, Ohio State University.

114 Katia Jones and Maria Fernanda Ramirez, "A Long Way to Go: Responses to Environmental Crime in Colombia's Amazon," *InSight Crime*, September 29, 2021, https://insightcrime.org/investigations/responses-environmental-crime-colombia-amazon/.

115 Ometto, *et al*, "Tropical Forests", 2372.

116 Kendra McSweeney, "Cocaine Trafficking and the Transformation of Central American Frontiers," *Journal of Latin American Geography* 19, no. 3 (2020): 159–66, https://doi.org/10.1353/lag.2020.0075.

117 "Office of the Inspectors General REDACTED a Special Joint Review of Post-Incident Responses by the Department of State and Drug Enforcement Administration to Three Deadly Force Incidents in Honduras Oversight and Review 17-02 Office of Evaluations and Special Projects ESP-17-01" (U.S. Department of Justice, May 2017), https://oig.justice.gov/reports/2017/o1702.pdf#page=2.

118 Emilia Ziosi, "Enablers of Cocaine Trafficking: Evidence of the State-Crime Nexus from Contemporary Honduras," *Journal of Illicit Economies and Development* 4, no. 2 (December 2022): 144–59, https://doi.org/10.31389/jied.96.

119 Publicado por Américo Roca Dalton, "HONDURAS: DECLARACIÓN Y DEMANDA PÚBLICA," hondurastierralibre, May 18, 2012, http://www.hondurastierralibre.com/2012/05/honduras-declaracion-y-demanda-publica.html; McSweeney et al, "Grounding Traffic".

120 Dana Frank, "WikiLeaks Honduras: US Linked to Brutal Businessman," www.thenation.com, October 21, 2011, https://www.thenation.com/article/archive/wikileaks-honduras-us-linked-brutal-businessman/.

121 Emilia Ziosi, "Enablers of Cocaine Trafficking: Evidence of the State-Crime Nexus from Contemporary Honduras," *Journal of Illicit Economies and Development* 4, no. 2 (December 2022): 144–59, https://doi.org/10.31389/jied.96.

122 "SOS: Urgen Intervenir Biosfera Del Río Plátano Para Sacarla de Lista Roja de Destrucción," La Tribuna, August 28, 2023, https://www.latribuna.hn/2023/08/28/sos-urgen-intervenir-biosfera-del-rio-platano-para-sacarla-de-lista-roja-de-destruccion/.

123 Jeff Ernst, "The Narco-Highway Creating Chaos in a Honduran Rainforest," *The Guardian*, August 17, 2023, sec. World news, https://www.theguardian.com/world/2023/aug/17/honduras-moskitia-forest-krausirpi-narco-highway.

124 "Pessoas pretas, pardas e indígenas são desproporcionalmente visadas pela aplicação das leis de drogas e enfrentam discriminação em todo o sistema criminal ao redor do mundo. Essas comunidades enfrentam taxas mais altas de detenção, acusação e encarceramento por delitos relacionados a drogas do que outras comunidades, apesar de taxas semelhantes de uso e venda de drogas em meio a (e entre) diferentes raças." De Colleen Daniels et al., "Decolonizing Drug Policy," *Harm Reduction Journal* 18, no. 1 (November 27, 2021), https://doi.org/10.1186/s12954-021-00564-7.

125 Friends of the Earth, "What's Climate Justice?," friendsoftheearth.uk, December 15, 2022, https://groups.friendsoftheearth.uk/resources/whats-climate-justice#:~:text=Climate%20justice%20means%20finding%20solutions; Global Justice Now, *The Case for Climate Justice: Illustrated Booklet*, June 18, 2020, Booklet, June 18, 2020, https://www.globaljustice.org.uk/resource/case-climate-justice-illustrated-booklet/; Rob Macquarie, "What Is Meant by 'Climate Justice'?," Grantham Research Institute on climate change and the environment, June 7, 2020, https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/explainers/what-is-meant-by-climate-justice/; Global Witness, "What Is Climate Justice?," *Global Witness* (blog), December 2, 2021, https://www.globalwitness.org/en/blog/what-climate-justice/.

126 Ibid.

127 Harm Reduction International, "What Is Harm Reduction?," Harm Reduction International, 2022, https://hri.global/what-is-harm-reduction; "Drug Decriminalisation across the World," TalkingDrugs, n.d., https://www.talkingdrugs.org/drug-decriminalisation/.

128 "Stuck in the Inertia of the Past: Report of the 66th Session of the Commission on Narcotic Drugs," (International Drug Policy Consortium - IDPC, August 31, 2023), https://idpc.net/publications/2023/08/stuck-in-the-inertia-of-the-past-report-of-the-66th-session-of-the-commission-on-narcotic-drugs.

129 "End 'War on Drugs' and Promote Policies Rooted in Human Rights: UN Experts," OHCHR, June 24, 2022, https://www.ohchr.org/en/statements/2022/06/end-war-drugs-and-promote-policies-rooted-human-rights-un-experts

130 "Human Rights Challenges in Addressing and Countering All Aspects of the World Drug Problem - Report of the OHCHR", (International Drug Policy Consortium - IDPC, September 12, 2023), https://idpc.net/publications/2023/09/human-rights-challenges-in-addressing-and-countering-all-aspects-of-the-world-drug-problem.

131 Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), "Human Rights Challenges in Addressing and Countering All Aspects of the World Drug Problem - Report of the OHCHR," *International Drug Policy Consortium*, September 12, 2023, https://idpc.net/publications/2023/09/human-rights-challenges-in-addressing-and-countering-all-aspects-of-the-world-drug-problem.

132 Health Poverty Action, "Legal Regulation of Drugs through a Social Justice Lens," *Healthpovertyaction.org*, 2020, https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2021/09/Legal-Regulation-of-Drugs-Social-Justice-Lens-.pdf.

133 Sylvia Kay et al., "A Sustainable Future for Cannabis Farmers," Transnational Institute, April 14, 2021, https://www.tni.org/en/publication/a-sustainable-future-for-cannabis-farmers.

134 ibid.

135 Matthew Bramall, "Cannabis: Regulate It. Tax It. Support the NHS. Promote Public Health.," *Healthpovertyaction.org* (Health Poverty Action, n.d.), https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2018/12/HPA-Cannabis-report-WEB.pdf.

136 Health Poverty Action, "Drug Policy and the Sustainable Development Goals: Why Drug Policy Reform Is Essential to Achieving the Sustainable Development Goals" (Health Poverty Action, November 2015), https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2018/12/HPA-SDGs-drugs-policy-briefing-WEB.pdf.

137 Global Justice Now, "Petition: Lives Not Profits, We Need a New Pharma System," n.d., https://www.globaljustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/06/Lives-Not-Profits-leaflet-web-FINAL.pdf; Grain, "Agribusiness and Big Finance's Dirty Alliance Is Anything but 'Green,'" grain.org, September 15, 2021, https://grain.org/en/article/6720-agribusiness-and-big-finance-s-dirty-alliance-is-anything-but-green.

138 TNI, "Cannabis Regulation in Europe: A Collection of Publications on New Approaches in Harm Reduction Policies and Practices," www.tni.org, July 13, 2023, https://www.tni.org/en/article/cannabis-regulation-in-europe.

139 "Office of Cannabis Management," Office of Cannabis Management, n.d., https://cannabis.ny.gov/.

140 "The Emerging Cannabis Industry in the Caribbean and a Place for Small-Scale Traditional Farmers", Position Paper of the Fair Trade Cannabis Working Group, September 2020, https://www.tni.org/en/publication/position-paper-of-the-fair-trade-cannabis-working-group-in-the-caribbean.

141 For more information, see: https://hojadecoca.cancilleria.gob.bo/

142 Sir Keith Morris, "Colombia: Prohibition's Frontline," *International Journal of Drug Policy* 14, no. 2 (April 2003): 209–12, https://doi.org/10.1016/s0955-3959(03)00011-2.

143 Eduardo González and Howard Varney, eds., "Chapter 2: What Are Truth Commissions?," in *Truth Seeking: Elements of Creating an Effective Truth Commission* (Brasilia: Amnesty Commission of the Ministry of Justice of Brazil, 2013), https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Book-Truth-Seeking-Chapter2-2013-English.pdf.

144 Transform, "Colombia's Truth Commission Backs Drug Regulation for Peace," *Transform - Drug Policy Foundation*, October 6, 2022, https://transformdrugs.org/blog/colombias-truth-commission-backs-drug-regulation-for-peace.

145 UN News, "Irrational War on Drugs, Destruction of the Amazon, Expose Humanity's Failures, Colombia's Petro Tells UN," *UN News*, September 20, 2022, https://news.un.org/en/story/2022/09/1127151.

146 UNDP, "What Is Just Transition? And Why Is It Important?," *UNDP Blog* (blog), November 3, 2022, https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/what-just-transition-and-why-it-important.

147 "Regulation – the Responsible Control of Drugs," The Global Commission on Drug Policy, September 11, 2018, http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs.

148 Respondemos aqui ao chamado de Caroline Chatwin, em Towards More Effective Global Drug Policies (Cham: Springer International Publishing, 2018), https://doi.org/10.1007/978-3-319-92072-6, que incentiva aqueles nos círculos de reforma das políticas de drogas a "ampliar os horizontes do debate sobre políticas de drogas."

149 Clemmie James, "The Missing Guests at COP27? Drug Barons," Novara Media, October 7, 2022, https://novaramedia.com/2022/11/07/the-missing-guests-at-cop27-drug-barons/.

150 The Global Commission on Drug Policy, "Regulation – the Responsible Control of Drugs," www.globalcommissionondrugs.org, September 11, 2018, http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/regulation-the-responsible-control-of-drugs.

151 UNDP, "International GUIDELINES on HUMAN RIGHTS and DRUG POLICY" (UNDP, March 2019), https://www.humanrights-drugpolicy.org/site/assets/files/1640/hrdp_guidelines_2020_english.pdf.

152 UN Chief Executive Board (CEB), "United Nations System Common Position Supporting the Implementation of the International Drug Control Policy through Effective Inter-Agency Collaboration," 2018, https://unsceb.org/sites/default/files/2021-01/2018%20Nov%20-%20UN%20system%20common%20position%20on%20drug%20policy.pdf.

153 Sylvia Kay, David Bewley-Taylor, and Martin Jelsma, "Fair(Er) Trade Options for the Cannabis Market | Transnational Institute," www.tni.org, July 13, 2023, https://www.tni.org/en/publication/fairer-trade-options-for-the-cannabis-market; Sylvia Kay, "Prohibited Plants: Environmental Justice in Drug Policy," *Tni.org* (Transntaional Institute, June 2022), https://www.tni.org/en/publication/prohibited-plants.

154 IDPC, "20 Principles for the Responsible Legal Regulation of Cannabis: Summary Booklet" (International Drug Policy Consortium (IDPC), September 2020), https://feditobxl.be/site/wp-content/uploads/2020/09/Principles_Legal_Regulation_Booklet.pdf#:~:text=To%20address%20this%20challenge%2C%20IDPC%20has%20produced%20Principles.

155 Legal Regulation of Drugs through a Social Justice Lens," Healthpovertyaction.org, 2020, https://www.healthpovertyaction.org/wp-content/uploads/2021/09/Legal-Regulation-of-Drugs-Social-Justice-Lens-.pdf

156 Laura Garius and Amal Ali, "Regulating Right, Repairing Wrongs: Exploring Equity and Social Justice Initiatives within UK Cannabis Reform " (London: Release, 2022), https://www.release.org.uk/sites/default/files/pdf/publications/Regulating-Right-Repairing-Wrongs-UK-Cannabis-Reform_Release.pdf.

157 Transform, "After the War on Drugs: Blueprint for Regulation," Transform, July 1, 2009, https://transformdrugs.org/publications/after-the-war-on-drugs-blueprint-for-regulation.

158 Transform, "How to Regulate Stimulants," Transformdrugs.org, October 20, 2020, https://transformdrugs.org/publications/how-to-regulate-stimulants-a-practical-guide.

159 Drug Policy Alliance, "Protecting Our Communities: All Neighborhoods Need Health-Centred Approaches to Be Safe and Just ," 2023, https://drugpolicy.org/wp-content/uploads/2023/09/2023.09.13_Communities_Toolkit_FINAL.pdf.

160 "Human Rights Challenges in Addressing and Countering All Aspects of the World Drug Problem. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights," *Documents-Dds-Ny.un.org* (United Nations General Assembly: Human Rights Council, September 11, 2023), https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/156/03/PDF/G2315603.pdf?OpenElement

DRUG POLICY REFORM & ENVIRONMENTAL JUSTICE
INTERNATIONAL COALITION

Uma coalizão de defensores, ativistas, artistas e acadêmicos com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o impacto ambiental da atual política de drogas, dando ênfase às vozes das pessoas das regiões afetadas

Este relatório é o primeiro de uma série e foi escrito por uma coalização de cientistas, ativistas, acadêmicos e artistas. Nosso objetivo é aumentar a conscientização sobre como as atuais políticas de drogas prejudicam a justiça ambiental. Buscamos reformas na política de drogas que se concentrem na redução de danos ecológicos e na regulamentação legal responsável do comércio de drogas. Somos uma coalização multissetorial de organizações e indivíduos.

Autores:

Kendra McSweeney, Clemmie James, Diego Andrés Lugo, Rodrigo Chagas, Felipe Neis Araujo, Gisselle Vila Benites, Steve Rolles, Sylvia Kay, John Walsh, Neil Woods, Natalie Sharples, Daniella Dias, Carlos Villalon, Tommasso Serra, Amelia Jones, Maren Krings

Tradução para Português: Bárbara Machado, Matheus Kerr

Revisão da Tradução: Mariana Maia

Illustrations: Javie Huxley – www.javiehuxley.com

Photos: Carlos Villalon – www.villalonsantamaria.com

Para fazer parte da coalização, envie um email para nossa coordenaedora – Clemmie James, Health Poverty Action: c.james@healthpovertyaction.org

© Javie Huxley

DRUG POLICY REFORM & ENVIRONMENTAL JUSTICE
INTERNATIONAL COALITION

Uma coalizão de defensores, ativistas, artistas e acadêmicos com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o impacto ambiental da atual política de drogas, dando ênfase às vozes das pessoas das regiões afetadas